

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA**  
**CURSO DE HISTÓRIA**

**MARIANA DA SULIDADE**

**“TERRA EM TRANSE”**  
**Estado e Questão Agrária no Maranhão (1968-1970)**

**SÃO LUÍS | MA**

**2014**

**MARIANA DA SULIDADE**

**“TERRA EM TRANSE”  
Estado e Questão Agrária no Maranhão (1968-1970)**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Monica Piccolo Almeida

**SÃO LUÍS | MA**

**2014**

Sulidade, Mariana da.

Terra em transe: Estado e questão agrária no Maranhão (1968 – 1970) / Mariana da Sulidade. – São Luís, 2015.

87 f

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2015.

Orientador: Profa. Dra. Mônica Piccolo Almeida.

1.Ditadura civil-militar. 2.Questão Agrária. 3.Imprensa. I.Título

CDU: 94(812.1).088

**“TERRA EM TRANSE”**  
**Estado e Questão Agrária no Maranhão (1968-1970)**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

APROVADA EM     /     /

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Monica Piccolo Almeida - Orientadora (UEMA)**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Célia Motta (UFMA)**

---

**Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva (UEMA)**

**SÃO LUÍS | MA**

**2015**

[...] e o cone de metal reluzente, do diâmetro de um dado. Em vão um garoto tentou recolher esse cone. Um homem mal conseguiu levantá-lo. Eu o tive na palma da mão alguns minutos: recordo que o peso era intolerável e que, depois de retirado o cone, a opressão perdurou. Também recordo o círculo preciso que ficou gravado na carne. Essa evidência de um objeto tão pequeno e a uma só vez pesadíssimo deixava uma imprecisão desagradável de asco e medo.

Jorge Luís Borges. “Tlön, Uqbar, Orbis Tertius”.

**In memoriam**

Milton Bezerra Ericeira (1961-2009)

Francisca Mirian da Sulidade (1959-2003)

Sebastião Cardoso de Oliveira (1932-1994)

Francisco Pereira e Silva (1930-1971)

*Sem muita pressa, um dia seremos iguais!*

## AGRADECIMENTO

Esse agradecimento é a história de um fracasso, não pela invalidade da gratidão, mas porque muito provavelmente não conseguirei medir e nem quantificar as pessoas que em menor ou maior grau contribuíram para a elaboração do presente do trabalho em particular ou propriamente para minha percepção e leitura de mundo, para a percepção das coisas, da vida, das cores e destas em movimento.

Ao meu “sistema planetário de Úrsula” deposito a maior das gratidões: minha mãe –, minha vó (amor-humor) e tias –tia Nena (meu bem-querer), Tiá, tia Jôse e tia Miriam esse mar de útero em que cresci e que cresceram meus primos, primas e irmão (em especial ao irmão Pedro Caio e meu primo João Manoel) entre os afetos, tapas e calor de Santa Luzia.

Agradeço minha mãe Veridiana. No exílio que nos trouxe até aqui - aquela dolosa despedida do tio (tí)- você construiu uma ilha dentro de uma ilha e o desespero, a tristeza e a dor afogaram-se todos na primeira tentativa de nos alcançar. Minha gratidão e meu amor para sempre!

Ao corpo docente do curso de História da UEMA – CESI/CECEN em geral meus agradecimentos e minha gratidão aos professores que fizeram de seus cursos espaços de discussões grandiosos e não um pretexto para desfrutar um vergonhoso privilégio, infelizmente é um agradecimento particularizado: a Siney Ferraz pela disciplina de Teoria da História, a Nice Rejane (a normalista linda) pelo curso de História e Memória, pelos fios, pelas imagens, conversas e confissões. Agradeço ainda o Prof<sup>o</sup> Fábio Monteiro pela disciplina de Prática de Ensino, Prof<sup>a</sup> Milena Galdez pelo curso América Colonial, Marcelo Cheche pela cadeira de América Independente, ao Professor Iuri pelo curso Estado e Violência, ao professor Henrique Borracho – humano demasiado humano, minha gratidão imensa por todos os esforços concentrados para que eu pudesse completar o curso, muito obrigada! Monica Piccolo (foram tantos cursos, daria um diagrama.) pelas disciplinas de América Contemporânea, Brasil República e Contemporâneo, Estado e Historiografia e Sociedade Burguesa pelo comprometimento ao estudo e dedicação no desenvolvimento destas disciplinas.

Ainda sobre Monica Piccolo, minha gratidão pela orientação - uma orientação que começou alguns anos atrás. As horas reservadas às discussões dos textos, encontros sempre prolongados pelo debate, generosidade, café e nicotina foram formidáveis e uma novidade agradável para mim. Nem sua casa, nem seu filho foram protegidos de nossos

ataques aos domingos, feriados e muitas vezes sem data para voltar pra casa. Muito obrigada pela acolhida e generosidade e por ter contribuído de forma tão importante nessa caminhada.

Não posso deixar de agradecer a Romário Basílio pelo humor e amizade, à Jeisy Babete pela fidelidade, Sarah Valois pela cordialidade, Werbeth Belo pelo e companheirismo, pelo quarto e riso frouxo. Adriano Negreiros, nossas conversas sempre demarcam zonas de conforto e identidade. Wendell Brito sempre por Lavoura Arcaica -pelas imagens e encontros deliciosos sempre na fronteira da doçura, acidez e graça. Agradeço a Ana Raquel, pelas contribuições dadas a esse trabalho, pelas confidências trocadas, percepções compartilhadas ao longo desses quatro anos de amizade marcados pela leveza de alma, humor e sensibilidade.

Não menos importante agradeço a minha “risoflora” ou como diria Belchior, ao meu “vício elegante” Ingrid Campelo, pelo companheirismo, pelo humor de nossos encontros, pelas risadas sonoras e honestas, pelo desejo de nossas cheganças . Impossível quantificar a importância do nosso *acontecimento* falsamente desprezioso. Só nós duas sabemos quantos somos: eu você e a lua!

Em 2012, alguns amigos e eu reativamos o movimento de estudo coletivo da obra O Capital de Karl Marx. Na ocasião conheci Acrísio Soares, sua natureza educadora e sua disponibilidade contribuíram bastante para a compreensão do materialismo histórico. Os encontros eram semanais e aconteciam no prédio de Matemática da Universidade Estadual do Maranhão, para além da validade do estudo a ocasião possibilitou a aproximação de laços com Hugo Rodrigues sendo, portanto, um acerto a participação do Gemarx. O olhar de Hugo e seu otimismo, energia de luta, sua sensibilidade humana sempre oxigenaram minha fé na vida, agradeço pelas insistências e reflexões compartilhadas.

À secretária D. Roberta por ter aprendido, dois anos antes de mim, meu código. Aos funcionários da Biblioteca Setorial, em especial Lauísa pela compreensão e gentileza.

A todos (as) funcionários (as) que contribuem para o funcionamento da Universidade Estadual do Maranhão, mesmo sob a ameaça de seus direitos trabalhistas serem diluídos pelo processo rasteiro de terceirização dos serviços, atuam de forma nodal para o funcionamento da instituição. Obrigada!

A todas e todos que mesmo não mencionados aqui sentem-se participante da minha construção, muito obrigada!



## RESUMO

O presente trabalho objetiva apresentar os fundamentos das políticas públicas maranhenses entre 1968 e 1970 voltadas para a agricultura. Tendo como foco os encaminhamentos para a Questão Agrária procuramos identificar as especificidades da questão agrária maranhense na relação Estado, terra e poder. Para tanto, o processo de racionalidade autoritária a partir de políticas repressivas e a redefinição da relação Sociedade Política e Sociedade Civil durante a Ditadura Civil Militar devem ser encaradas como aspectos nodais para a compreensão desse período. O papel do Estado na elaboração e execução da política agrária desenvolvimentista de concentração fundiária e ampliação do agronegócio faz parte do processo de redefinição do executivo e no desenvolvimento da política de surto progressista. As modificações do campo no Maranhão (Lei de terras), nas agências e agentes da ossatura material do Estado são elementos que nos interessam para compreender o dinamismo de classe em torno da política agrária do estado. Assim, como as estratégias de nacionalização do projeto de modernização conservadora da agricultura na atuação dos aparelhos privados de hegemonia, sendo privilegiada a atuação do Jornal do Dia.

**Palavras - chave:** Ditadura Civil Militar - Questão Agrária – Estado- Imprensa

## ABSTRACT

This paper aims to introduce the fundamentals of Maranhense 1968 e 1970 public policies for agriculture. Focusing on referrals for Agrarian Question seek to identify as specific of the agrarian question in Maranhão State relationship, land and power. To this end, the process of authoritarian rationality from repressive policies and the redefinition of the relationship Policy and Civil Society Society for Civil Military Dictatorship should be seen as nodal points for understanding this period. The state's role in the development and implementation of developmental agrarian policy of land concentration and expansion of agribusiness is part of the process of redefining the executive and the development of the outbreak of policy changes progressista. As field in Maranhão (Land Law), agencies and agents of the State Material bones are elements that concern us to understand the class dynamics around the state agrarian policy. As well as the nationalization strategies of conservative modernization project of agriculture in the performance of private apparatus of hegemony, being privileged the role of the Journal of the Day.

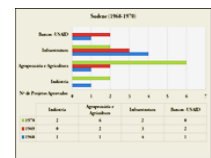
**Key - word** : Civil Military Dictatorship - Agrarian Question - State - Press

## LISTA DE GRÁFICO E TABELA

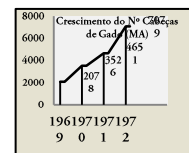
**Tabela I** – Decretos e Planos Econômicos p. 42

| Decretos | Disposições | Planos Econômicos |
|----------|-------------|-------------------|
|          |             |                   |
|          |             |                   |

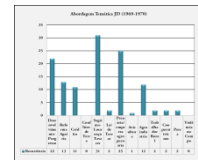
**Gráfico I** – Distribuição de Recursos da SUDENE no Maranhão (1968-1970). p.52



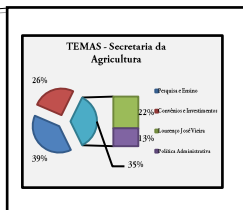
**Gráfico II** – Crescimento do Número de Cabeças de Gado no Maranhão. p. 53



**Gráfico III** – Abordagem temática do JD sobre a Agricultura. p. 67



**Gráfico IV**- Divisão Temática sobre a Sagrima no JD p. 70



## **LISTA DE SIGLAS**

**ADP** ( Ação Democrática Parlamentar)

**AI'S** (Atos Institucionais)

**AGROPEMA**(Agropecuária do Maranhão)

**BASA** (Banco da Amazônia)

**BDM** (Banco do Desenvolvimento do Maranhão)

**CEB'S** (Comunidades Eclesiais de Base)

**CEPALMA** (Celulose e Papeis do Maranhão. S/A)

**DDA** (Departamento de Desenvolvimento Agrário)

**DSN** (Doutrina de Segurança Nacional)

**ESA** (Escola Superior de Agronomia)

**ESG** (Escola Superior de Guerra)

**ESN** (Estado de Segurança Nacional)

**FAO** (Organização da Alimentação e Agricultura)

**FIEMA**(Federação das Indústrias e Empresas do Maranhão)

**GERA** (Grupo Executivo de Reforma Agrária)

**IBAD**(Instituto Brasileiro de Ação Democrática)

**IBRA**(Instituto Brasileiro de Reforma Agrária)

**INCRA**(Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)

**INDA**(Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário)

**IPES** (Instituto Pesquisa e Estudos Sociais)

**JD**(Jornal do Dia)

**ONU**(Organização das Nações Unidas)

**PAEG** (Plano de Ação Econômica do Governo)

**PCB**(Partido Comunista Brasileiro)

**PED**(Programa Estratégico de Desenvolvimento)

**PIN**(Programa de Integração Nacional)

**PND**(Plano Nacional de Desenvolvimento)

**SAGRIMA** (Secretaria da Agricultura do Maranhão)

**SETA** (Saúde; Educação; Transporte; Agricultura)

**SUDAM** (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia)

**SUDENE** (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste)

**SUDEMA** (Superintendências de Desenvolvimento do Maranhão)

**SUPRA** (Superintendência da Reforma Agrária)

**SRB** (Sociedade Rural Brasileira)

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 15 |
| <b>Capítulo 1. ESTADO E REPRESSÃO Em Tempos de "MILAGRE"</b> .....  | 18 |
| 1.1 Ditadura Civil Militar e Discussão Historiográfica .....  | 19 |
| 1.2 O Estado a partir da leitura de Gramsci .....   | 29 |
| 1.3 Estado e Repressão na Fórmula Desenvolvimentista .....  | 32 |
| <b>Capítulo 2. TERRA EM TRANSE: Estado e Questão Agrária (1968-1970)</b> .....  | 36 |
| 2.1 Terra e Poder : apontamentos sobre a política agrária no Brasil .....   | 36 |
| 2.2 "Modernização da Agricultura" no Brasil : agentes e agências .....  | 42 |
| 2.3 Agricultura e Questão Agrária no Maranhão.....  | 48 |
| 2.4 LEI, CRÉDITO E SABER: hegemonia da agropecuária na política agrária e transformações do campo no Maranhão (1968-1970) ..... | 50 |
| <b>Capítulo 3. A IMPRENSA NA CONSTRUÇÃO DO CONSENSO: O JORNAL DO DIA E A POLÍTICA AGRÁRIA.</b> .....                            | 59 |
| 3.1 Imprensa e História: apontamentos metodológicos .....   | 59 |
| 3.2 O Jornal do Dia e a Política Agrária em vias de consenso .....  | 61 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 76 |
| <b>Referências Bibliográficas</b> .....   | 78 |
| <b>ANEXOS</b> .....   | 84 |

## INTRODUÇÃO

O provérbio árabe proferido por Marc Bloch de que um homem parece mais com o seu tempo do que com seus pais parece-nos um tanto quanto repetitivo. Mas, acredito que até Mendel<sup>1</sup> concordaria com isso. Deixando as suposições de lado, esse provérbio muito se associa com as possibilidades, e por que não problemáticas, de se pensar e fazer a história de "nosso tempo".

Certamente estar imerso na mesma temporalidade do nosso objeto trás algumas questões sensíveis à reconstrução histórica, porém não insuperáveis. Embora estejamos inseridos cada um em seu "puleiro particular"<sup>2</sup>, as nossas experiências coletivas também forjam a nossa visão de mundo. Portanto, parece mais uma questão sobre a escrita da História em geral, do que propriamente sobre a escrita da História do Tempo Presente,(HOBSBAWM, 2012, p, 246).

Colocar a disputa pela a construção da memória como um privilégio da História do Tempo Presente é no mínimo uma grande pretensão, tanto daqueles que afirmam sua validade quanto daqueles que questionam sua apropriação enquanto referência teórica. Também nos parece um equívoco estabelecer as dificuldades de se fazer a História do Tempo Presente somente a partir dos choques entre escrita e a própria experiência. Todavia, outras problemáticas se impõem e estão localizadas mais nos processos metodológicas do que propriamente no mérito de cada categoria temporal.

O renascimento da escrita política, a crítica sobre a hierarquização das fontes históricas e a "desmonumentação" destas, a ampliação do debate sobre memória e o questionamento e a crítica à separação entre passado e presente são elementos de grande relevância para o estabelecimento teórico da História em Geral e da História do Tempo Presente em particular, (FERREIRA, 2000, p. 119).

Assim, ao falarmos da Ditadura Civil Militar<sup>3</sup> estamos diante de um dos caminhos de reconstrução histórica e de disputas em torno da escrita, das possibilidades

---

<sup>1</sup>Gregor Johann Mendel(1822-1884), pelo desenvolvimento de vários estudos sobre hereditariedade, é considerado por muitos pesquisadores como o pai da genética.

<sup>2</sup> Expressão utilizada por Eric Hobsbawm no ensaio "O presente como História" em HOBSBAWM. Eric. Sobre História. São Paulo. Companhia de Bolso, 2012.

<sup>3</sup> A denominação Civil Militar está localizada em um debate amplo da historiografia brasileira recente. A utilização do termo no presente trabalho advém da filiação teórica gramsciana e da elaboração metodológica do historiador René Dreifuss que ao analisar o golpe de 1964 conclui que setores organizados em classe disputam o poder tanto na sociedade civil através dos intelectuais orgânicos que agem nos IPES-IBAD como na sociedade política traduzindo assim, a ação política que desembocou no golpe de 1964. DREIFUSS, René. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro, Vozes, 1987.

de escrita que caracterizam a percepção sobre o passado dos grupos envolvidos na construção (e embates) da memória do período em voga. Aqui, essas disputas estão em perspectiva de reconstrução da história política do Brasil e do Maranhão.

Infelizmente (ou felizmente) não carregamos os atributos de Funnes<sup>4</sup> e guardamos a intemporal maldição de fazer escolhas, portanto apresento-lhes as minhas:

Enquanto perspectiva de uma História Política (o que não é menos importante) o presente trabalho privilegia a interpretação política pautada na luta de classe sobre a atuação do Estado e das relações deste com a sociedade civil nas pautas sobre Questão Agrária. ESTADO, TERRA e PODER são os pontos centrais das inquietações que pontuaram o desenvolvimento desta pesquisa a partir das problemáticas: Qual relação entre a classe ruralista e o Estado e deste para com a Questão Agrária no Maranhão? E quais os mecanismos são utilizados como estratégias de classe no processo de concentração fundiária no Maranhão?

Em tempos em que o deslocamento do Estado é uma via de consenso para a escrita dos homens e mulheres no tempo e no espaço, reafirmamos a crítica à abordagem da história política construída a partir de leitura personificada e isolada do Estado. No entanto, esse é um elemento válido para se repensar sua abordagem, não para excluí-lo ou ignorar sua atuação nas relações sociais e sua dimensão nas lutas de classe.

A atuação estatal e suas estruturações na configuração do Estado Brasileiro a partir da Ditadura Civil Militar, na sua abordagem para com a Questão Agrária, nos embates em torno das modificações do campo, nas agências e agentes da ossatura material do Estado são elementos que nos interessam para compreender o dinamismo de classe em torno da política agrária. Assim como as estratégias de nacionalização do projeto de modernização conservadora da agricultura via coerção e consenso.

As modificações do Estado Brasileiro na Ditadura Civil Militar serão apresentadas no capítulo I: *ESTADO E REPRESSÃO em tempos de "MILAGRE"*. A primeira parte do capítulo discorre sobre as apropriações em torno da construção historiográfica da Ditadura Civil Militar apresentando a filiação conceitual do trabalho para com o movimento autoritário iniciado com o Golpe de Estado de 1964 advindo da proposição de organicidade de Estado e Sociedade Civil do historiador gramsciano René Dreifuss.

---

<sup>4</sup> Personagem central do conto *Funnes, o memorioso* do escritor argentino Jorge Luís Borges. Ireneo Funnes tinha uma estranha capacidade de armazenar lembranças .



No segundo tópico é apresentada a escolha teórico-metodológica de abordagem ao Estado. Corresponde a apresentação dos conceitos desenvolvidos pelo teórico marxista Gramsci de *sociedade política, sociedade civil e estado ampliado* assim como a validade destes nos estudo sobre Estado Brasileiro e sua forma de organicidade. A última parte do capítulo é destinada para a análise do "Milagre Brasileiro" a partir da fórmula repressão e progresso.

Em *TERRA EM TRANSE: Estado e Questão Agrária no Brasil 1968-1970* são apresentados as contradições acerca da legislação agrária de 1964 e suas alterações em benefício ao programa econômico proposto por Delfim Neto. A partir do mapeamento das linhas de condução do desenvolvimento agrário são analisados os encontros, a correlação e as particularidades do Maranhão no período de 1968 a 1970 e entender o dinamismo de classe presente no modelo da modernização agrícola.

A atuação das agências a partir da Lei de Terras -1969 são indispensáveis para compreender a relato Estado e Terra no Maranhão, assim como as brechas de articulação dos setores privados beneficiados e representado no programa de estado do Governo Sarney possibilitado também pela atuação de alguns intelectuais orgânicos, em particular o Secretário de Agricultura Lourenço José Tavares, outra vez a leitura de Gramsci sobre essa forma específica de atuação política, que é a dos intelectuais orgânicos, contribui pra compreensão da organicidade política do Maranhão. A contribuição de Sonia Regina Mendonça sobre os aparelhos privados de hegemonia da classe ruralista no Brasil ajuda-nos a contextualizar a refundação da Escola Superior de Agronomia e sua relação com as estruturas hegemônicas agrárias.

Como perspectiva de análise histórica a imprensa é o foco do terceiro capítulo, aqui, ela é encarada a partir da sua função partidária. Verifica-se a atuação da imprensa local (no impresso Jornal do Dia) como sujeitos políticos e sua relação com as pautas da política agrária no estado do Maranhão nos anos de 1968-1970.

Acreditamos que esse trabalho possa contribuir para compreensão da atuação do Estado nas transformações da Questão Agrária no Maranhão.

## Capítulo 1. ESTADO E REPRESSÃO em tempos de "MILAGRE"

*“E assim, num momento difícil do mundo, nós devemos, como brasileiros, louvar a índole democrática das Forças Armadas do Brasil, e compreender que no momento em que elas têm que tomar medidas de exceção, tem como objetivo maior, os objetivos da ordem, da tranquilidade do futuro e da liberdade do povo brasileiro.”*

José Sarney

*Você que é muito vivo me diga qual é novo?*

Mote Glosa-Belchior

As mudanças na conjuntura agrária brasileira pós-golpe de 1964 no tocante a atuação do Estado no desenvolvimento de sua política agrária<sup>5</sup> são inegáveis para o fortalecimento do latifúndio no Brasil. Também nos parece inegavelmente contraditório para o estudo do campo brasileiro o fato da primeira grande legislação agrária do Brasil República ter sido decretada nos berços de uma ditadura.

No entanto, tudo parece fazer sentido quando acompanhamos as modificações jurídicas no Estatuto da Terra em relação a crédito, terra e ocupação entre os anos de 1968-1970. Não nos foge a interpretação de que essas transformações são resultados do modelo autoritário da política econômica de privilégios a grandes projetos em nome da modernização e do progresso brasileiro (IANNI, 1977. p.228)

Para a compreensão dos processos elencados acima o desenvolvimento desse capítulo será a partir de três eixos. Primeiro apresentaremos a discussão historiográfica e teórica sobre a Ditadura Civil Militar, assim como a escolha conceitual do termo que pautará o presente trabalho. Em seguida será feita a exposição do referencial teórico metodológico segundo qual lemos o Estado e suas formas de relação e organização para então compreendermos a equação Estado e Repressão na fórmula desenvolvimentista nos anos de 1968-1970, período também conhecido como "milagre econômico"<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Conjunto de mecanismos e instrumentos de política governamental direcionado à regulação de fluxos econômicos e sociais junto a agricultura em geral ou em algum de seus setores. in MOTA, Márcia. 2010, p 359.

<sup>6</sup> O termo "Milagre Econômico" é designado para as políticas econômicas desenvolvidas por Delfim Neto nos anos de 1968-1973.

## 1.1 Ditadura Civil Militar e Discussão Historiográfica

A importância de um debate reside na possibilidade de verificar as variantes explicativas de um "fato", de um "problema" e localizar as motivações interpretativas de um dado contexto. Ao denominar o regime de 1964-1989<sup>7</sup> (essa temporalização também é passível de debate. Ao localizar a gênese e o desgaste de um fenômeno político partimos do princípio de escolhas relevantes que determinam a sua periodização. Óbvio dizer que o conceito de relevância -aqui partindo de parâmetros políticos - não é imparcial e tampouco, compartilhado de maneira integral por uma comunidade acadêmica. Assim, ao optarmos por conceitos como ditadura civil-militar, ou regime militar ou propriamente de empresarial-militar<sup>8</sup> estamos demarcando em um campo teórico, formas peculiares de perceber os atores envolvidos na atuação política iniciada em 1964. Nossa discussão não distenderá a partir de todas produções a respeito por não ser objetivo central deste trabalho, nos prenderemos sobre os debates que remetem a condução política da Ditadura, agentes envolvidos e conceituação do período ditatorial.

As primeiras publicações sobre o período estudado advêm do jornalismo e posteriormente ao Golpe Civil Militar nas décadas de 1960 e 1970 e da Ciência

---

<sup>7</sup> A periodização da Ditadura Civil Militar não é consenso pela comunidade acadêmica. A demarcação aqui utilizada está inserida na metodologia explicativa proposta pelo historiador Renato Lemos segundo a qual o processo de compreensão do autoritarismo no Brasil está localizado em longa duração. Colocando a disposição o arcabouço teórico-metodológico de Fernand Braudel de longa, média e curta duração, Renato Lemos recua no que é padronizadamente utilizado (colapso do populismo) para compreender a gênese da via autoritária de 1964. Para o autor as transformações nas relações capitalistas internacionais e na relação trabalho-luta de classe. Tais modificações traçam um paralelo para via conservadora de desenvolvimento do liberalismo no Brasil assim como a tendência política anticomunista antes mesmo de conhecer a classe operária. “Neste plano, a trajetória ulterior das disputas políticas no país tendeu a seguir o processo de urbanização da economia e das populações: assim como a agricultura e a população rural não desapareceram, o poder das classes dominantes vinculadas ao campo também sobreviveu, em aliança com setores urbanos progressivamente fortalecidos. Tal aliança constitui, de resto, um dos elementos centrais da crise geral da sociedade brasileira na primeira metade da década de 1960. A integração econômica mundial e o aprofundamento da dependência durante o regime ditatorial pós-1964 não a tornaram insignificante.” (LEMOS. 2011 p.5). As reformas nas décadas de 1970-1980 são enxergadas à luz do desenvolvimento da política conservadora brasileira, ao contrário do que se afirma sobre o retorno à democracia na década de 1970, com a extinção do AI5 e com a Lei de Anistia, as direções dessas políticas pelo seu caráter conservador, são marcos institucionais e reducionistas para a compreensão de um processo mais amplo como o fim da Ditadura Civil-Militar, assim a eleições de Collor em 1989 no contexto em que foram disputadas e o fim da URSS desempenham papéis mais amplo para compreensão da redemocratização brasileira. LEMOS, Renato. **Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964**. 2011, p. 1-21. Disponível em [http://www.lemp.historia.ufrj.br/imagens/textos/Contrarrevolucao\\_e\\_ditadura\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.lemp.historia.ufrj.br/imagens/textos/Contrarrevolucao_e_ditadura_no_Brasil.pdf) lemp.com Acesso em 12.03.2015.

<sup>8</sup>Essas denominações serão discutidas ao longo do capítulo.

Políticas. A utilização do termo *Revolução*<sup>9</sup> foi uma das primeiras ações políticas na imprensa conservadora de positivação do Golpe de 1964.

Embora se esclareça na mensagem que o “movimento de 31 de março” é uma “página virada” de nossa história – a ponto de não ter sido oficialmente comemorado –, seria uma conclusão apressada, temerária e desmesurada acreditar que o conjunto da Corporação militar hoje renegue a “Revolução de 1964”. Esta eventual autocrítica apenas aconteceria como resultado de uma eventual radicalização da democracia política no país. Por outro lado, na literatura política e historiográfica sobre 1964, destacam-se, como obras relevantes do ponto de vista científico e intelectual, apenas aquelas que têm um claro e iniludível sentido crítico. Ao contrário dos textos apologéticos ou comemorativos, somente os trabalhos (livros e revistas) que questionam abertamente o golpe político-militar e a ditadura militar têm sido bem-sucedidos editorialmente. No ainda restrito mercado editorial brasileiro, são as obras de orientação crítica ou progressista que têm alcançado um público leitor mais significativo. (TOLEDO, 2006, p. 31)

Os artigos em jornais "amigos do golpe" (Folha de São Paulo, O Globo, Editora Abril e etc.)<sup>10</sup> que apoiaram o movimento que destituiu João Goulart contribuíram para circulação positiva do movimento autoritário de 1964. Os seus principais defensores estavam ligados à própria estrutura militar não ganhando respeito ou mesmo credibilidade nos meios acadêmicos. Construíram, todavia, uma história legalizadora que ganhou grande circulação na imprensa citada.

O contrário também aconteceu, ou seja, o movimento de uma produção engajada na tentativa de contestação do contexto político da época, Caio Navarro afirma a presença da via contestadora do golpe civil militar, que mesmo não tendo crédito editorial, conseguiu a publicação, sobretudo na década de 1980, de obras que combatiam a tomada de poder de 1964

Assim, logo após o golpe, foram os livros e revistas da editora Civilização Brasileira – graças ao arrojo e à coragem intelectuais de Ênio Silveira – que alcançavam reedições e sucesso de venda, não os panfletos e livros largamente financiados por empresários e pela Embaixada norte-americana. Lembremo-nos, por exemplo, da experiência vitoriosa da *Revista Civilização Brasileira* e da enorme

<sup>9</sup> A denominação A Revolução de 1964 era recorrente na imprensa de apoio ao Golpe.

<sup>10</sup> A ligação de grande parte das redes de comunicação no Brasil com o capital externo é um aspecto de explicação das grandes empresas de comunicação (Folha de São Paulo, Revista Veja, Rede Globo de Televisão) que estiveram ligadas na construção da legitimidade e apoio ao golpe de 1964. Essa tendência editorial conservadora está relacionada com reformas editoriais e administrativas ocorridas no Brasil a partir das décadas de 1950-1960, que inserem uma padronização da notícia vinculada ao grupo Time Life e seus interesses econômicos e políticos. Tal padronização estabelece uma próxima e amistosa relação entre ditadura e grande imprensa nas grandes redes jornalísticas do Brasil. SILVA, Luciana Carla. **Imprensa e Ditadura Militar - padrões de qualidade e construção da memória. Revista História e Luta de Classe.** Ano 1. Edição N° 1, abril de 2005. p. 43-54.

repercussão editorial de *O Ato e o Fato*, de C. Heitor Cony (recentemente reeditado). (TOLEDO, 2006, p. 31)

Nas décadas de 1960 e 1970, alguns autores como Florestan Fernandes, Francisco Oliveira e Fernando Henrique Cardoso, procuram explicar o golpe de 1964 através de análises voltadas para grandes estruturas econômicas e desenvolvimento do capitalismo. Esses autores, parte deles ligados a tradição do pensamento marxista, traçam um olhar sobre o Estado e as disputas econômicas para o controle do mesmo diante da crise e colapso do populismo, assim como derrota do projeto agroexportador no financiamento do nacional-desenvolvimentismo.

Dentre os autores apresentados, podemos destacar Octavio Ianni nas *obras O colapso do Populismo no Brasil (1967) e Estado e Planejamento (1977)*. Nessa última o autor expõe as modificações do Estado Brasileiro desde a década de 1930 a 1970. Sua análise ressalta o caráter autoritário do planejamento econômico no Brasil intensificado com o Golpe de 1964, este seria resultado de a) colapso do populismo b) crise política e econômica; c) divergências entre modelos e estratégias de desenvolvimento; d) antagonismos dos poderes Executivo e Legislativo; e) politização das classes trabalhadoras urbanas e rurais (IANNI, 1977, p 216).

Na década de 1980, duas obras ganharam espaço no meio acadêmico brasileiro. Ambos trabalhos foram resultados de teses de doutoramento na Ciências Social: *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, de Maria Helena Moreira Alves, e *1964: a conquista do Estado. Ação Política e Golpe de Classe*, de Renè Armand Dreifuss. Embora os autores partam de referências teóricas distintos, chamemos a atenção para o fato de que a discussão sobre o Estado também é central no desenvolvimento de suas análises sobre o golpe de 1964.

A compreensão de Dreifuss advém da interpretação do Estado a partir da matriz gramsciana. O autor é o primeiro a traduzir o golpe de 1964 e sua natureza a partir da organicidade da sociedade civil, não apenas a mera e tradicional leitura de luta de classe, mas os níveis de organização de frações da classe dominante a partir da atuação de associações, institutos, escolas (aparelhos privados de hegemonia). Essa interpretação é apresentada pelo autor por meio de vasta pesquisa documental (correspondências trocadas entre agências Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais- IPES e Instituto Brasileiro de Ação Democrática- IBAD e agentes - David Rockefeller, atas de reuniões promovidas pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES).

Desta forma, compreende-se como foi possível organizar a vontade coletiva via convencimento e coerção social na construção do Golpe de 1964. Em termos teóricos, o autor inaugura uma brecha interpretativa nos fenômenos políticos brasileiros de que a nacionalização de um projeto não depende somente da coerção de classe, mas também por meio da construção do consenso. (FONTES, 2010 p. 225)

Partindo da concepção de Estado Ampliado, Dreifuss concebe que parcela da sociedade civil, que teve seus interesses representados durante a Ditadura civil-militar, frações desta sociedade (tecnocratas, empresários e intelectuais) aliadas ao capital multinacional e associado, e financiados muitas vezes por agências financeiras internacionais, elaboram o projeto de golpe e condução juntamente com Escola Superior de Guerra (ESG)

Levando em consideração o pessoal civil-militar recrutado para os pontos chave civis do governo, torna-se claro que, enquanto a formulação de diretrizes política e tomadas de decisões estavam nas mãos dos civis do complexo IPES/IBAD - a maioria grandes empresários - a condução das diretrizes políticas nacionais estavam parcialmente nas mãos dos militares politizados formados pela ESG. Esses oficiais, juntamente com políticos pertencentes a ADP, eram apoiados por um segundo escalão administrativo cada vez mais influenciado pelas Associações de ex-alunos do IPES e ESG[...] (DREIFUSS, 1987 p 418.)

Podemos afirmar que a leitura de Dreifuss sobre o processo político brasileiro de 1964 tem grande influencia no desenvolvimento da presente pesquisa. Tal como o autor, acreditamos que tanto o Golpe de 1964 quanto a condução da Ditadura Civil Militar foram fenômenos políticos de participação dos militares e de setores organizados em classe que disputaram o poder tanto na sociedade civil (nos institutos de pesquisas, nas agências de representação profissional, na imprensa) como na sociedade política.

O IPES também atuou como uma ponte entre civis e os militares da ESG continuando assim a cooperação bem-sucedida que se desenvolvera com esses oficiais para conseguir a mudança do regime em 1º de abril de 1964. Manteve sua função como elo entre os civis e as Forças Armadas, a fim de engajar círculos mais amplos de oficiais fora da esfera de influencia direta da ESG e com os quais o IPES não tinha ligações firmes ou estáveis. Convidava oficiais selecionados, no comando de tropas e em postos administrativos, para seus cursos, seminários e conferências; manteve também sua política de cooptação de militares[...] Nessas conferências e debates, os militares eram colocados em contatos com uma audiências de empresários e tecno-empresários. Dessa forma, industriais e banqueiros reforçavam sua posição privilegiada transmitindo seus pontos de vista sobre desenvolvimento e apresentando suas soluções para problemas socioeconômicos e políticos. (DREIFUSS, 1982 p. 453)

Maria Helena Moreira Alves (1984) em *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)* expõe as modificações do Estado brasileiro a partir do golpe de 1964, o definindo como Estado de Segurança Nacional (ESN). Segundo a autora, o ESN aliava um programa de desenvolvimento e controle social com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), ou seja, o progresso, informação e repressão seriam imprescindíveis na estruturação do novo Estado.

Os três principais fatores de estruturação do Estado de Segurança Nacional no primeiro ano foram a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), as reformas administrativas do primeiro programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e as diretrizes de controle salarial. A constituição do novo Estado implicava a institucionalização da rede de informação necessária ao controle do "inimigo interno" e o assentamento das bases do modelo econômico. (ALVES, 1984, p. 71)

Sobre a atuação da oposição, a autora apresenta um mapeamento das organizações de oposição em diferentes segmentos da "sociedade civil" que abrange desde as Associações de Bairros, Comunidades Eclesiais de Base (CEB'S), Federações de Agricultores aos Sindicatos presente nas cidades e no campo. Esse mapeamento torna-se fundamental para compreendermos as variadas formas de organização política de esquerda dos setores urbanos e rurais que se desprendiam da concepção de organização de classe a partir, e exclusivamente do partido político. Diferentemente de Dreifuss, a interpretação da autora sobre sociedade civil está associada à sua distinção clássica entre ESTADO e SOCIEDADE, ou seja, tudo o que não pertencer ao aparato administrativo estatal corresponde à sociedade.

A autora também salienta a interpretação de que não havia uma aliança unilateral entre os militares identificando os conflitos internos na Ditadura (ALVES, 1984, p. 145). Sua obra é organizada em três fases de institucionalização: no primeiro momento estruturam-se os aparatos de segurança interna da Ditadura como projeto de Estado. Na segunda fase, é identificado como foi feita a reestruturação política do Estado de Segurança Nacional através do "Milagre econômico", e a terceira fase considerada como "Distensão e dialética entre Estado e Oposição", como se deu o processo de abertura política (ALVES, 1984, p 185).

Ainda sobre a atuação da esquerda brasileira a obra *Combate nas Trevas - A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada* de Jacob Gorender publicada pela primeira vez em 1987, e adaptada em documentário em 2009, é um retrato e uma síntese da esquerda brasileira no pré golpe de 1964, nas campanhas pelas

Reformas de Base e durante a Ditadura. Além de demonstrar as formas de organização de luta contra regime civil militar, o autor reconstituiu a história dos grupos de esquerda<sup>11</sup> e como suas estratégias de atuação são modificadas a partir do ano 1968 com o AI5.

Para o autor a esquerda brasileira, embora perseguida e atuante, não teve maturidade para estruturar um projeto político suficientemente a altura das forças imperialistas

As diversas correntes da esquerda, marxista e não-marxista, souberam tomar a frente do movimento de massas, formular suas reivindicações e fazê-lo crescer. Cometeram erros variados no processo, mas o erro fundamental consistiu em não se prepararem a si mesmas, nem aos movimentos de massa organizados, para o combate armado contra o bloco de forças conservadoras e pró-imperialistas” (GORENDER, 1999, p. 286).

Nas décadas de 1990 e 2000 historiadores como Daniel Aarão, Jorge Ferreira e Carlos Fico ganharam espaço nas academias apresentando em seus trabalhos alguns elementos em comum: deslocamento das discussões sobre o Estado; leitura da sociedade civil como esfera homogênea e indistinta; crítica à atuação dos grupos de esquerda dos anos 1960-1970.

Em *Ditadura Militar Esquerdas e Sociedade* publicada em 2000, Daniel Aarão apresenta brevemente algumas das interpretações que terá um relativo sucesso na sua reprodução acadêmica. O autor expõe suas "chaves de compreensão do golpe" discorrendo sobre o cenário da América Latina na busca de autonomia e crise do pacto populista, crise do nacional desenvolvimentismo no mundo pós II Guerra Mundial e as ameaças da Revolução Cubana (AARÃO, 2000 p. 16).

As motivações golpistas são explicadas em uma sequência de *episódios* que vão desde a renúncia de Jânio, passando pela *campanha da legalidade* até a deposição de Goulart. Diante da participação de civis (o autor faz referência aos políticos que apoiaram o Golpe e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade) na deposição de Goulart, Daniel Aarão afirma que o Golpe fora civil militar. A Ditadura, todavia, teria sido Militar, assim como sugere o título do livro.

O historiador Jorge Ferreira no artigo *O Governo Goulart e o Golpe Civil-Militar* (2003) sem muitas discordâncias segue uma análise semelhante. O autor, assim

---

<sup>11</sup>Dentro dos grupos de esquerdas, na obra *Combate nas Trevas*, são privilegiadas as análises das camadas urbanas de núcleo operário e estudantil como também as dissidências-facções do Partido Comunista Brasileiro nas organizações de lutas armada, não havendo, portanto, uma reflexão analítica sobre as organização no campo ou de origem rural.



como Daniel Aarão, admite que a participação no golpe teria sido civil-militar enquanto o regime, como ele mesmo afirma no trabalho citado seria militar<sup>12</sup>. O golpe é compreendido a partir da radicalização das esquerdas que não tinham um projeto comprometido com a democracia em vigência "querendo reformas a qualquer custo" (FERREIRA, 2003, p. 332), isolamento de Goulart, o conservadorismo da direita e participação do capital estrangeiro na atuação dos Estados Unidos.

Na introdução do trabalho, Jorge Ferreira apresenta uma crítica ao que ele nomeia de "análises voltadas para grandes estruturas" e "análises individuais". No entanto, o autor sustenta um clima de dificuldades do governo Goulart a partir de uma leitura personificada do presidente deposto e uma supervalorização da conspiração imediatista contra Jango.

Embora mencionada a atuação dos IPES e IBAD contra Goulart, Jorge Ferreira não integra essa participação como uma variante fundamental na atuação de classe no movimento de 1964. Tal movimento tinha apenas Goulart como alvo, e o golpe não se apresentou como resultado de uma racionalidade de projeto golpista

A derrubada de Goulart da presidência e o colapso da democracia no Brasil repercutiram entre os grupos nacionalistas e reformistas com grande surpresa. No entanto, para todos os protagonistas dos conflitos daquela época, como as esquerdas, a direita civil e os próprios militares, o golpe surgiu como uma incógnita. Como alguns depoimentos confirmam, não havia um projeto a favor de algo, mas contra. A questão imediata era depor Goulart e, depois, fazer uma "limpeza" política. Somente mais adiante e com difíceis entendimentos entre facções das Forças Armadas, surgiria um ideário do regime dos militares. (FERREIRA, 2003 p.345)

Em síntese, a sua narrativa gira em torno da deficiência e imaturidade da esquerda (sendo um ponto interessante de crítica aos movimentos de esquerda na década de 1960, tal como apresenta Gorender quase duas décadas antes) e da espontaneidade do movimento golpista.

Carlos Fico, *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar* (2004) compartilha da ideia de que o golpe conteve participação tanto civil quanto militar. Sua explanação salienta a atuação dos IPES e IBAD, que ele designa como "associações", mas não atribui a essas "associações" a condução de um projeto de ditadura, aliás, assim como Jorge Ferreira, Fico nega o caráter organizativo da ação dos militares

Portanto, é preciso bem distinguir a atuação destabilizadora (propagada pelo IPES e outras agências) da conspiração golpista civil-militar, que em muitos momentos não passou de retórica radical e

---

<sup>12</sup> Concepção também compartilhada por Daniel Aarão (2000) e Carlos Fico (2003)

somente se consolidou às vésperas do 31 de março. Assim creio não ser abusivo afirmar o acerto histórico da leitura segundo a qual a desestabilização civil foi bastante articulada, mas a ação militar não foi inteiramente planejada com segurança e sistematicidade ficando a mercê de iniciativas de algum modo imprevistas (FICO, 2003 p.42).

O autor afirma que o golpe teria sido civil-militar, mas a condução política da ditadura propriamente militar, sendo o regime então instaurado meramente militar (FICO, 2003, p 33-42), quanto a isso precisamos esclarecer que o conceito de sociedade civil de Fico, Ferreira e Aarão (historiadores que apresentam um bloco de interpretações semelhantes sobre a Ditadura civil-militar) não é o mesmo utilizado por Renè Dreifuss. Tão pouco suas análises tem proximidades com as do cientista político uruguaio. Trata-se de duas abordagens sobre o mesmo tema, com referenciais teóricos diferentes.

A leitura de Fico (2003) Ferreira (2003), Aarão (2000) sobre a condução da Ditadura e natureza do Golpe apresentam três principais distinções em relação as análises de Renè Drefuss: a) o deslocamento do Estado dos estudos sobre processos políticos no Brasil; b) sociedade civil entendida na perspectiva voluntarista e homogênea; c) negação da atuação de classes sociais (organizadas em bloco) na condução da Ditadura Civil Militar; d) a separação entre do processo político e a dinâmica do capitalismo no Brasil.

A partir da segunda metade dos anos 2000, alguns intelectuais, rejeitando a tentativa de padronização da sociedade civil como assinalada pelos três historiadores acima citados, recuperam o debate historiográfico sobre a condução da Ditadura no Brasil.

Segundo Damian Melo no artigo *Ditadura “civil-militar” ? : Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente* (2012), a denominação civil -militar foi desvirtuada do seu principal elemento de compreensão.

“Golpe civil-militar”; “ditadura civil militar”. O termo “civil-militar” foi apresentado pela historiografia como forma mais precisa para adjetivar o golpe de 1964 e do regime que lhe seguiu. Ao contrário de uma mera ação das Forças Armadas, tal adjetivo visa lembrar que também parte dos civis apoiou o golpe e participou da condução do processo político entre abril de 1964 até 1985, quando a maior parte da historiografia localiza o fim daquela ditadura. Por outro lado, a recente tem feito confusão com o termo (MELO, 2012, 45).

Assim, esse termo (como é apresentado por Carlos Fico e Daniel Aarão) procura integrar de forma equivalente todos os segmentos civis partindo da "pueril"

diferenciação e concepção de sociedade onde esta se resume na divisão entre civis e militares traduzindo uma leitura reducionista da obra de Dreifuss que tratou a sociedade civil em organizações de classes

Dreifuss estudou a ação de uma importante organização da sociedade civil o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), constituída, já no final de 1961, por setores empresarias, executivos de empresas e oficiais das Forças Armadas (alguns na reserva, como o general Golbery do Couto e Silva). Essa entidade, que desenvolveu uma intensa campanha de desestabilização do governo João Goulart e de construção de um programa de poder, passaria a atuar ao lado de outras já existentes como: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que tinha significativa participação no processo político brasileiro desde sua fundação em 1959; a Escola Superior de Guerra (ESG), que formularia a doutrina de “Segurança e Desenvolvimento”, o cientista político uruguaio buscou entender a ação desta entidade como a de um verdadeiro “partido político” (no sentido gramsciano) do capital multinacional e associado, que havia deitado raízes na estrutura econômica do Brasil desde a década de cinquenta, tornando-se o eixo do processo de acumulação capitalista no país. (MELO, 2012, p. 47)

O autor sugere a conceituação de *empresarial-militar*. Ou seja, a fração organizadora e condutora da Ditadura que realmente teve espaço na elaboração do projeto autoritário foram os empresários. Sua hipótese parte do princípio de que no período em questão, a alteração na estrutura do capitalismo brasileiro foi "por demais importantes para que se negligencie o projeto de classe que tomou o aparelho de Estado em 1964". O projeto de classes diz respeito aos empresários, sobretudo os ligados à construção civil.

Recolocar o capitalismo no centro da reflexão sobre a ditadura parece ser a tarefa premente do pensamento crítico nos embates que temos pela frente. Dito isto, melhor seria que em vez de “civil militar” nos habituássemos a utilizar uma outra caracterização também feita por Dreifuss, e que talvez capture com mais precisão a natureza daquele regime: uma ditadura empresarial-militar implantada a partir de uma insurreição contra-revolucionárias das classes dominantes. (MELO, 2012, p. 53)

O papel do empresariado na construção do projeto da Ditadura é indubitável, autores como Francisco de Oliveira (1977), Otávio Ianni (1977) e o próprio René Dreifuss (1987) o admitiram. Acreditamos também nos limites na utilização do termo golpe civil militar quando o objetivo é o de homogeneizar a sociedade civil em um bloco integrado ou de compreendê-la como tudo aquilo que não pertence ao Estado apelando para uma separação cartesiana e dolorosa. Por esse motivo vemos validade na

tentativa de Demian Melo ao confrontar essa leitura de Estado e Sociedade e apresentar a fragilidade da utilização do termo por um determinado grupo de historiadores.

Acreditamos na validade da atualização na obra de Renè Dreifuss, assim sua leitura de sociedade civil de matriz gramsciana que para nós ainda pode ser útil nos estudos que buscam averiguar quais mecanismos de consenso são utilizados na coletivização de um projeto econômico e social, considerando análises interessantes da atuação, por exemplo, de alguns intelectuais orgânicos, ou mesmo nos aparelhos privados de hegemonia como a atuação da linha editorial de determinado "jornal" b) metodologicamente existe possibilidade de evitar a padronização da sociedade com a utilização da categoria de sociedade civil c) o conceito de sociedade civil de matriz gramsciana além de não ignorar a participação dos empresários no golpe e na condução da ditadura abre perspectivas interessantes para a análise da atuação dos intelectuais na elaboração e divulgação de projetos de dominação burguesa indo além da afirmação categórica de participação empresarial.

Assim como Demian Melo, concordamos que a homogeneização da sociedade civil e apropriação desse conceito de forma indistinta como utilizadas nas produções de Fico(2003) Aarão (2000) e Ferreira (2003) causaram desencontro teórico na denominação *civil militar*. Primeiro por não localizar quais agentes estiveram envolvidos na condução do projeto de Ditadura, segundo por nivelar a atuação da sociedade civil como se fosse possível indistinguir e ignorar a participação de frações interessadas em determinado projeto de sociedade.

Essas indefinições teóricas não são aleatórias, pois fazem parte de uma tradição do pensamento ocidental segundo o qual o Estado é um agente autônomo e isolado e a Sociedade é um campo de exercício da liberdade formal onde o termo "sociedade civil é geralmente usado para identificar uma arena de liberdade (ou pelo menos potencial) fora do Estado "(WOOD, 2011, p. 208).

Como já afirmamos, o presente trabalho se filia na categorização *Ditadura Civil Militar* partindo do conceito de sociedade civil da filiação teórica de Renè Dreifuss, cuja matriz gramsciana pensa nas articulações dos espaços privados em determinado bloco histórico<sup>13</sup>, exigindo a localização de participação dos seus atores fugindo do risco de

---

<sup>13</sup>Sobre bloco histórico Dreifuss afirma "o conceito de bloco histórico pode ser definido como a unidade de estrutura e superestrutura, de elementos opostos e distintos, ou seja, o conjunto complexo, contraditório e discordante das superestruturas é a relação do conjunto das relações sociais de produção [...] O conceito de bloco histórico é empregado como a "articulação interna de uma dada situação histórica" DREIFUSS, René A. **1964: A Conquista do Estado**. 2ª. ed. Petrópolis (RJ) Vozes. 1981, p.40

homogeneizá-la. Sociedade civil, aqui compreendida como conjuntos de interesses privados em processo de naturalização, ou não, de um determinado projeto.

## 1.2 O Estado a partir da leitura de Gramsci

Nos dias de hoje a discussão entre rupturas e continuidades se faz presente (ou pelo menos se torna cada vez mais imperativa) na construção do conhecimento histórico. Em Ciência Política também podemos pensar sob a mesma tônica: as transformações da relação entre Estado e Sociedade só podem ser compreendidas a partir da perspectiva de mudanças e permanências no âmbito do aparelho estatal, entre sociedade política e sua relação à sociedade civil. Essas mudanças serão avaliadas sob a luz de duas principais concepções teóricas sobre o Estado do século XX de filiação marxista.

Alguns esclarecimentos teóricos a partir da definição dos espaços na luta de classe são necessários. Ao falarmos de *sociedade política* e *sociedade civil* estamos traduzindo o *Estado Ampliado*, conceituação gramsciana que confere uma das maiores contribuições para se repensar as formas de dominação do Estado burguês.

A partir da presente predisposição teórica compreendemos que no âmbito público da máquina administrativa estatal reside a *sociedade política*, espaço de conflitos entre frações de classe e não simplesmente o Estado na sua vocação condutora ou o elo isento entre as classes. Pois, segundo Gramsci, a *sociedade civil* é composta por conjunto de interesses privados, que elaboram projetos em disputa de hegemonia (imprensa, sindicatos, associações, partidos). O Estado Ampliado trata-se, portanto, da relação entre sociedade política e sociedade civil. Essa distensão sobre o conceito de Estado estabelece âmbitos diferenciados na luta de classe, assim como particularidades na disputa de hegemonia.

A sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercivo que assegurava a conformidade das massas populares ao tipo de produção ou de economia em uma momento determinado) é contraposta à sociedade civil (onde a hegemonia do grupo social sobre o conjunto da sociedade nacional é exercida através das organizações ditas privadas, tais como a Igreja, os sindicatos as escolas etc). (GRAMSCI Apud ANDERSON, 2002 p.35).

---

Ainda sobre Gramsci, a definição expandida acima está centrada no eixo de renovação do próprio marxismo no que se refere a teoria sobre o Estado Moderno. Gramsci dá um salto qualitativo ao compreender que as relações econômicas e políticas estão imbricadas no processo de dominação de classe, ou seja, não havendo fronteiras para esses conflitos, embora as mediações sejam diferenciadas a cada nível de atuação. (GRAMSCI, 2012). Não é obsoleto lembrar que não se tratam de forças equilibradas, *sociedade política* não equivale em força de atuação, sobretudo como os meios jurídicos burocráticos à disposição, da *sociedade civil*.

O conceito de sociedade política está claro em Gramsci. Trata-se do Estado no sentido restrito, ou seja o governamental encarregado na administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem nem ativa nem passivamente. Gramsci não perde, esta dimensão, ou seja, não perde de vista esta dimensão coercitiva, muito embora não reduza o Estado a essa dimensão. (BIANCCHI, 2007, p. 39)

A sociedade política é o âmbito onde se organizam os elementos práticos de condução de Estado: ministérios, agências estatais, exército. Sendo a forma pela qual se exerce a coerção - e não só a coerção! Isso é esclarecedor nas reformas de centralização política da Ditadura Civil Militar apontadas por Octávio Ianni nas agências de planejamento de estado. Também é a partir dessa definição que podemos medir as atuações dos agentes privados (sociedade civil) na condução do projeto ditatorial iniciado em 1964, como aponta René Dreifus também tendo como estratégia o consenso.

Neste cenário o conceito de aparelhos privados de hegemonia, situados na sociedade civil na mediação de um projeto ou contra projeto hegemônico é uma das chaves de compreensão de como são feitas as estratégias de naturalização do projeto de modernização do campo via fortalecimento do latifúndio como sinônimo de progresso. Assim, torna-se fundamental a dinâmica de atuação de classe e o seu peso na condução de uma política econômica, permitindo-nos pensar também sobre a capacidade de rearticulação de frações das classes dominante na condução de um projeto político-econômico,

[...] o limite das desavenças entre os setores dominantes no Brasil é sua capacidade proteiforme de incorporar seletivamente, inclusive através do Estado, segmento dessa extensa base social difusa, de contar com seu apoio (ou sua omissão) para o exercício de formas naturalizadas de violência (aberta/simbólica) contra os recalcitrantes e, portanto, de conter as diferentes formas de lutas elaboradas pelo subalternos. É somente na articulação entre o chão social da exploração e as formas de organização dos aparelhos privados de

hegemonia, de suas formas próprias de convencimento que transbordam para o Estado como "convencimento" de todos (e do uso do aparato coercitivo), que encontramos uma base sólida para pensar o Estado. (FONTES, 2006, p. 278)

Nos aparelhos privados de hegemonia o Estado é compreendido sob a luz da luta de classe. Sabemos que a presença da luta de classe nas interpretações sobre o Estado não é mérito de Gramsci. No entanto, sua energia intelectual para a localização dessas lutas e atuações dessas frações nas relações sociais torna-se um campo de análise mais "sólido" na literatura política. Gramsci quis evitar uma leitura reducionista e incólume sobre o Estado, evitando a sua paralisação como senhor supremo de todo bem e todo mal.

No caderno 13: Breves notas sobre a política de Maquiavel, Gramsci recupera esse cientista político para repensar a noção de política e, por conseguinte, de Estado. Percebe, portanto, que a naturalização da necessidade organização do Estado em Maquiavel não perpassa pelos conceitos de “estado de natureza” ou “contrato social” O trabalho intelectual de Maquiavel é verificar as coisas como elas são, é uma análise de conjuntura. No entanto, é questão tanto para Maquiavel quanto para os contratualistas<sup>14</sup> a necessidade de um Estado organizador da vontade coletiva. É exatamente esse caráter que interessa a Gramsci que também está presente em Maquiavel: *a capacidade de organização da vontade coletiva em torno de projeto de Estado* (GRAMSCI, 2000, p.17-19).

As contribuições de Poulantzas também são fundamentais para o desenvolvimento do presente trabalho. A enfática afirmação do filósofo marxista grego segundo a qual o Estado é uma relação de força (POULANTZAS, 2000 p.13), ressalta o caráter de disputa de classe dentro do que Gramsci caracteriza como Estado Restrito. A possibilidade de encontro desses dois teóricos marxistas dilata as possibilidades de averiguação das relações entre Estado e poder no desenvolvimento do capitalismo.

Na obra *Estado, Poder e Socialismo* (2000) Poulantzas expõe as formas pelas quais o Estado e as frações da classe dominante ressignificam suas relações de dominação e conciliação dentro do próprio aparelho estatal, não bastando saber qual a classe é dominante, mas quais as disputas entre as fração de classe ganham espaço em determinado projeto de dominação. Metodologicamente isso se torna possível devido a

---

<sup>14</sup> Corrente teórica que se contrapõe ao tradicionalismo político aristotélico ao contrário deste, o Contratualismo pressupõe que o surgimento das instituições sociais, sobretudo o Estado tem origem em um contrato social para a fundamentação do poder político.

condução de suas reflexões voltadas para uma análise de conjunturas diferenciadas em diferentes estágios do capitalismo e, sobretudo a relação e filiação teórica com o pensamento marxista na tradição de conceber o Estado enquanto

[...] relação de forças ou, mais precisamente, a condensação material de tal relacionamento entre as classes e as frações de classe, da forma como ela é expressão no Estado em uma forma necessariamente específica (POULANTZAS, 2000 p. 23).

Para compreensão dos agentes e das disputas das agências em torno da política agrária e a condução desta para o fortalecimento de um modelo autoritário de desenvolvimento ambos os teóricos acima demonstram as contribuições da tradição do pensamento marxista e sua atualidade para a compreensão das relações de poder na materialidade institucional do Estado.

### **1.3 Estado e Repressão na Fórmula Desenvolvimentista**

A Ditadura Civil Militar instaurada com o golpe de Estado e as transformações do aparato estatal a partir de 1964 estão no bojo de uma proposta de Estado desenvolvimentista<sup>15</sup> que não se inicia com a tomada de poder pelos militares. No entanto o processo de racionalidade autoritária a partir de políticas repressivas e a redefinição da relação e Sociedade Política e Sociedade Civil devem ser encaradas como aspectos nodais para a compreensão desse período.

O papel do Estado na elaboração e execução da política agrária desenvolvimentista de concentração fundiária e ampliação do agronegócio faz parte do processo de redefinição do executivo e desenvolvimento de uma tecnoestrutura<sup>16</sup> estatal.

---

<sup>15</sup>O termo desenvolvimentismo (Estado desenvolvimentista) é amplamente usado na literatura brasileira para designar um conjunto de políticas econômicas voltadas para a superação do subdesenvolvimento. Para, além disso, o desenvolvimentismo (Estado desenvolvimentista) aqui mencionado confere como ideologia presente no pensamento político econômico brasileiro segundo a qual a transformação da realidade nacional tem como estratégia as técnicas de planejamento e racionalização dos investimentos públicos. A princípio podemos destacar a CEPAL e o ISEB como dois instrumentos de reprodução do pensamento desenvolvimentista. O Estado desenvolvimentista na tradição política no Brasil não se manifesta de forma homogênea, mas distinto e condicionado ao seu contexto político, podendo portanto ser identificado diferentes formas de atuação do Estado desenvolvimentista, como nacional desenvolvimentista (1950-1960) ou a partir do autoritarismo dos anos 1960-1980. Independente de suas formas, a questão imperativa para o Estado desenvolvimentista diz respeito as estratégias de industrialização e modernização do país tendo como principal condutor e financiador o Estado a partir do planejamento e de reformas administrativas. FERNADES, Danilo Araújo. 2011, p. 55-86.

<sup>16</sup> A tecnoestrutura não é um elemento do Regime Civil Militar de 1964, segundo o próprio autor (Ianni) essas modificações acontecem a partir de 1930 com a reestruturação das agencias estatais por Getúlio Vargas, todavia deixa-se claro a racionalização potencializada na Ditadura de 1964. Octavio Ianni tenta reconstruir a formação do Estado Centralizador Brasileiro.



O Estado Brasileiro durante o regime civil militar chega ao ápice de centralização e planejamento que só foi possível na mudança da relação no interior do próprio Estado Restrito com a Sociedade Civil

Durante os anos 1964-1970 as políticas econômicas governamentais beneficiaram-se de uma estrutura política excepcional. Devido à vigências dos atos institucionais (nos anos 1964-1966) implantadas pela hegemonia absoluta do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo [...] Nos anos 1967-1969 adotou-se uma constituição que manteve os poderes excepcionais do executivo. (IANNI, 1977, p.227)

No tocante a política econômica pós 64, podemos afirmar que o combate a inflação e modelo de desenvolvimento exerceram grandes influencias nos diagnósticos e nos planejamento econômico do país. O primeiro dele diz respeito ao PAEG que tinha objetivo central um tripé de reformas: fiscal, monetária salarial.

Diante de um quadro de elevados níveis inflacionários e de redução do PIB, a política econômica do PAEG primou por inovações bastante distintas daquelas que até então vinham estruturando a política econômica brasileira. Tendo como objetivo central conciliar o binômio crescimento e redução da inflação, o PAEG estruturava-se no tripé reforma fiscal, reforma monetária e reforma salarial [...] (ALMEIDA, 2012, p. 131.).

As reformas econômicas durante a Ditadura Civil Militar e a redefinição do Estado nas relações econômicas iniciadas com o PAEG e potencializadas com modelo de Delfim Neto dependeram da atração de segmentos sociais diferenciados na condução da política econômica.(OLIVEIRA, 1977, p. 82). Para tanto, o ano de 1967, torna-se central para a reorientação econômica do país.

A transferência presidencial com a posse de Arthur da Costa Silva representou mais que uma alternância política, pois os ministérios e atores passam também por mudança. Neste cenário, Delfim Neto assume o Ministério da Fazenda e lança o Plano Estratégico de Desenvolvimento que, como o PAEG, também objetivava controle de inflação e desenvolvimento econômico. No entanto, os diagnósticos e estratégias eram diferentes do Plano de 1964. Pautado na diversificação econômica e forte crítica a unilateralidade do PAEG, foram ampliados o acesso e expansão do crédito e facilitação das exportações.

Delfim Neto pode ser compreendido como um agente indispensável na condução desse projeto, sua atuação nos ministérios de grande importância para política econômica (Planejamento; Fazenda; Agricultura) compete às décadas de 1960-1980, essa durabilidade na condução econômica do país não é por caso. Podemos sugerir que

sua onipresença na Ditadura Civil Militar ultrapassa suas competências individuais e recai para a sua atuação enquanto intelectual orgânico<sup>17</sup> desenvolvendo e direcionando os interesses da classe ruralista-empresarial para o modelo de desenvolvimento no campo e no padrão de crescimento econômico.

É sob a orientação econômica de Delfim Neto que haverá não só a manutenção do congelamento salarial ou aumento da política de crédito, mas também mudanças estruturais no campo brasileiro.

Assim, o discurso (e a práxis) delfiniana de 1967-1968 não se projetam facilmente sobre todo o período até 1973; é possível argumentar que uma nova inflexão da política econômica ocorreu em 1969 (sob o efeito da mudança de conjuntura política decretada pelo AI-5); o “milagre” desponta apenas na virada de 1969 para 1970; a “visão de mundo” delfiniana (o “modelo agrícola-exportador”) somente adquire o estatuto de núcleo estratégico da política econômica no governo Médici – e discrepa da visão elaborada pelo Planejamento; e impressionante expansionismo da política econômica em curto prazo em 1972 a 1973 se fez em um cenário totalmente distinto do observado em 1967 a 1968. (MACARINI, 2005, p 54-55)

Outro fator condicionante favorecedor da execução da política econômica do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) reside no fato de que o ano de 1967 e 1968 foram anos cruciais para as mudanças administrativas do Executivo. Em 1967, é colocada em vigor uma nova constituição que legitima o Golpe de 1964. Em dezembro de 1968, é promulgado o Ato Institucional n. 5 que garantiu amplos poderes (agora constitucionais) ao Executivo, favorecendo o autoritarismo das políticas econômicas.

Sobre isso, chama-nos atenção para a capacidade de organização dos setores dominantes ao redor de um aparato estatal centralizador e ditatorial. A fórmula apresentada por Ianni (redefinição do Estado com concentração de poder no executivo = economia planejada) dão o sabor “a grosso custo” à política desenvolvimentista no Brasil.

Maria Helena Moreira Alves (1984), chama atenção para alguns aspectos significativos: a elaboração e compreensão do Estado de Segurança Nacional e sua relação com a oposição no período ditatorial, mostrando-se interessante para mensurar a

---

<sup>17</sup>“Os intelectuais são os prepostos do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político (GRAMSCI, 2001, p. 21)”. Trata-se dos sujeitos organizadores da vontade coletiva. Esse conceito será melhor desenvolvido no capítulo II.

relação entre coerção e crescimento econômico potencializado durante o "Milagre" (bater para crescer).

O Ato Institucional Nº 5 marca o fim da primeira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional, do estágio de lançamento de suas bases. O caráter permanente dos controles a ele incorporados deu origem a um novo período em que o modelo de desenvolvimento econômico podia ser plenamente aplicado, enquanto o Aparato Repressivo buscava a Segurança Interna absoluta, impedindo a dissensão organizada contra as políticas econômicas e sociais do governo [...] As contradições dentro do Estado de Segurança Nacional da coalizão no poder tornaram-se claras em 1967-1968. A política de liberalização limitada, procurando promover relações corporativas de controle, precisava ser suficiente flexível para permitir a cooptação de líderes e dotar o Estado de uma duradora base de estabilidade. A necessidade de coerção esteve por sua vez ligada às medidas econômicas e sociais de caráter explorador de modelo de desenvolvimento econômico (ALVES, 1984, p. 135-136).

Sua análise sobre a implantação do AI 5 clareia a excepcionalidade do período e das políticas econômicas impostas pelo Executivo. No segundo aspecto, mostra como dessas políticas foi anulada qualquer tentativa de contestação, seja pelo Legislativo, que teve seu papel significativamente reduzido no pós 1967, ou pelas oposições organizadas, que tiveram suas liberdades anuladas no pós 1968.

Tratava-se de aplicar o liberalismo econômico, à custa da liberdade política. A eficiência e a racionalidade seriam os critérios de seletividade, pela livre atuação da força do mercado. Seu resultado, a concentração de capitais potencializados pelo Estado através da reestruturação creditícia, aprofundou-se a recessão, levando-a a suas últimas consequências. (MENDONÇA, 2004.p 29).

Dessa forma, o período do "Milagre Econômico" contemplado pelo presente trabalho na temporalidade de 1968-1970, torna-se possível devido ao autoritarismo do Executivo através dos Atos Institucionais, ao planejamento racionalizado, às reformas administrativas e à equipe tecnicista com atuação de classe frente ao aparelho estatal, política econômica beneficiada pela excepcionalidade de uma estrutura política (autoritarismo exacerbado) e no desespero progressista.

## Capítulo 2. TERRA EM TRANSE: Estado e Questão Agrária (1968-1970)

*Hoje poderíamos dizer: o gado expulsa o posseiro; a soja, o sitiante; a cana, o morador. O projeto expansionista dos anos 70 e 80 foi e continua sendo uma reatualização em nada menos cruenta do que foram as incursões militares e econômica dos tempo coloniais.*

Alfredo Bosi

O desenvolvimento desse capítulo interessa-nos para compreender as transformações do campo brasileiro, tendo como partida alguns apontamentos na relação entre Estado e Terra anterior ao Estatuto da Terra. Posteriormente são apresentadas as contradições da legislação agrária de 1964 e suas alterações em sintonia com as políticas econômicas do Governo Costa e Silva e parte do Governo Médici. A partir do mapeamento das linhas de condução do desenvolvimento agrário podemos analisar os encontros, a correlação e as idiosincrasias no caso agrário do Maranhão no período de 1968 a 1970 e entender o dinamismo de classe presente no modelo da modernização agrícola<sup>18</sup>. Procuramos ainda abordar o movimento de reestruturação fundiária no Maranhão via política de Estado e sua radicalização com a lei de Terras de 1969.

Como avaliamos no capítulo anterior, tais modificações se tornaram possíveis devido a um modelo de condução de projeto econômico revestido pela falácia milagrosa de desenvolvimento e modernização do país durante parte da Ditadura Civil Militar e da participação de sujeitos coletivos organizados atuando no controle e disputa do e pelo Estado Restrito.

"TERRA EM TRANSE" parece-nos uma boa metáfora sobre as transições (também marcada por permanência) do campo maranhense marcadas pela tríade terra, crédito, e educação na construção e nacionalização dos projetos modernizantes do campo em "vias de milagre".

### 2.1 Terra e Poder :apontamentos sobre a política agrária no Brasil

---

<sup>18</sup>Modernização Agrícola ou Modernização da Agricultura diz respeito às transformações ou desenvolvimento do capitalismo e suas relações com o universo agrário. No Brasil, a modernização da agricultura se potencializou no regime civil militar "embora algumas entidades das classes dominante agroindústria, sobretudo a Sociedade Rural Brasileira (SRB), já acenasse com a necessidade de valorização da agricultura" LIRA, Ricardo Pereira in MOTTA, Márcia. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2010. p 305.

A posse da terra, enquanto política de Estado, e suas consequências sociais, desempenham um dos maiores desencontros da história do Brasil e das constituições que regulamentam a vida política do país. Sobre esse aspecto é cabível a definição conceitual correspondente à Questão Agrária, conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária. Já a reforma agrária consiste no movimento regulamentação e reorganização de acesso da terra, fruto de uma decisão política de Estado para solucionar uma questão agrária, ou de movimentos contra-hegemônicos que buscam alternativas de acesso a terra através de organização política e nacionalização de um determinado projeto de Reforma Agrária (MENDONÇA, 2010). Dentro desta questão de maior amplitude que é a Questão Agrária, aborda-se a Reforma Agrária, aqui entendida como uma política territorial resultante de embates políticos objetivando uma reordenação fundiária para se resolver ou amenizar uma Questão Agrária<sup>19</sup>

Sobre as experiências brasileiras de Reforma Agrária podemos afirmar que a continuidade do modelo de alta concentração fundiária, apresenta-nos no mínimo de forma curiosa: a exploração moderna do capital e o apelo legal de legitimação do latifúndio.

O modelo de desenvolvimento econômico, pautado na agricultura de exportação em detrimento da pequena propriedade, foi a via histórica de utilização da terra no Brasil. Não se pode deixar de admitir que a Lei de Terras de 1850 seja resultante deste processo, uma vez que a esfera estatal garantiu a sobrevivência do latifúndio e boicotou migrantes, negros e pobres do acesso a terra, criando assim o trocadilho contraditório do desenvolvimento brasileiro do século XIX demonstrado pelo sociólogo José de Souza Martins: mão de obra cativa- terra livre, mão de obra livre, terra cativa!<sup>20</sup>

Além disso, a Lei de Terras de 1850, programou um caráter renovador: é efetivada sua privatização garantindo o processo de concentração da riqueza por meio da capitalização fundiária, já que a partir deste marco a aquisição fundiária será possível apenas por meio da compra. Esta medida representa ao mesmo tempo continuidade e inovação no que reside a restrição ao acesso a terra significando ainda mais a

---

<sup>19</sup>Segundo Bernardo Mançano Fernandes, a Reforma Agrária pode ser compreendida como uma política territorial para se resolver uma Questão Agrária, que, por sua vez, é entendida como um problema estrutural do capitalismo. Também a respeito dessa diferenciação conceitual a historiadora Sonia Regina Mendonça afirma que a Questão Agrária é resultante de uma relação contraditória presente na concentração fundiária. Reforma Agrária refere-se a uma política de resolução fundiária. (MANÇANO 2002 p. 54)

<sup>20</sup> José de Souza Martins chega a afirmar que a Lei de Terras de 1850 foi a fórmula encontrada pelas elites agrárias para fundir sobre a terra a posse e domínio. (MARTINS, 1997, p 63).

segregação social e limitando a garantia da pequena propriedade à grande parte da população residente do campo.

A legislação agrária de 1850 é reflexo do pensamento sobre *progresso* da época. Como qualquer outra medida "radicalmente" transformadora de controle da propriedade rural, a Lei de Terras de 1850 não acontece de forma isolada, mas é "apenas" um braço da condução política nacional que se coaduna com a refundação do Banco do Brasil e criação do Código Comercial, ambos de 1851. Terra, crédito e trabalho são as prioridades da política econômica em 1850. A lei de 1850 abre caminho para a aquisição descomunal de terras para a formação de grandes latifúndios.

A Primeira República, como aponta os historiadores Maria Yeda Linhares e Francisco Teixeira (1999, p. 74-75), não modifica esse quadro, mas o reforça ao transferir as terras da união para o patrimônio dos estados, estes marcadamente controlados por poderes autoritários e oligárquicos que ganham a prerrogativa de legislar sobre as terras que outrora pertenciam a União<sup>21</sup>.

Devemos destacar a forma absolutamente estranha do governo republicano legislar sobre as terras do país: em vez de propor um debate parlamentar em torno de um projeto de lei referente ao tema, embute no orçamento da República medidas referentes ao pagamento da venda ou arrendamento de terras, impossibilitando um debate nacional sobre a questão agrária. Incorporar as medidas desejadas pelos fazendeiros na lei do Orçamento da União era um expediente típico de ocultação e da opacidade política republicana em relação ao povo. Mal estava enterrado o projeto radical dos primeiros momentos da República, era importante não promover qualquer debate político sobre o tema e sua regulamentação. (LINHARES e SILVA. 1999, p 77)

É importante salientar que os instrumentos legais, mesmo nas primeiras reformas republicanas, não dispuseram em objetivar uma exploração fundiária pautada na pequena propriedade, nos direitos dos trabalhadores rurais e freio do latifúndio.

A partir de 1930, com o processo de industrialização, o campo passou a ser interesse de dois modelos de política agrícola: colonização e expansão da fronteira agrícola. Tais movimentos tornaram-se a constância do pensamento econômico em relação agricultura brasileira e se cristalizaram com o golpe de estado de 1937. O campo, visto como um espaço vazio e subdesenvolvido, se tornou um dos objetivos para um programa de desenvolvimento nacional e a enérgica campanha de colonização

---

<sup>21</sup> A descentralização da terra não é em si fator negativo no que confere a dar aos estados autonomia para a distribuição e regulamentação de terras, no entanto, pensar esse movimento de desfederalização da terra em uma estrutura política enrijecida e marcadamente oligárquica tem-se um fortalecimento na política latifundiária.

uma das principais atuações do Estado Novo na questão agrária brasileira. (CAMARGO, 1986, p.143.)

A "marcha para o oeste", o disciplinamento do trabalho do camponês e a atuação do Ministério da Agricultura, sob a coordenação do Ministro Fernando Costa, na criação de departamentos de controle de produção agrícola, que em muito desagrava as classes ruralistas dão a tônica das políticas públicas para agricultura brasileira e uma das formas encontradas pelo Estado para evitar uma reforma agrária no mínimo "reformista." (LINHARES e SILVA da. 1999, p 129).

As Ligas Camponesas certamente será o movimento síntese da contradição agrária das décadas 1950-1960 que, além contestar a grande concentração fundiária, configurou-se em movimento de extensa formação política em defesa do trabalhador rural, espalhando-se por vários estados do Nordeste e ganhando repercussão internacional e sofrendo os limites de participação democrática dos governos que antecederam o Golpe de 1964.

As Reformas de Base de Goulart não alcançaram sua finalidade, embora os anos de 1962 a 1964 haja um intenso debate sobre a condução da Reforma Agrária. O Golpe de Estado de abril de 1964 sentencia as articulações políticas da classe operária, mas, também dilacera as organizações de base camponesa. Por meio de seus "AI's"<sup>22</sup> degolam-se as formações estruturais contestadoras do latifúndio<sup>23</sup>, esse ainda assombrado pelas Reformas de Base. Militares, classe empresarial, grandes fazendeiros representantes das oligarquias regionais no poder forjam a continuidade das linhas desenvolvimentistas de exploração da terra, latifúndio e grande capital sustentam o véu da modernização agrícola no Brasil.

Ironicamente, em novembro de 1964, o ditador Castelo Branco assina um dos principais marcos legais de reordenamento fundiário do Brasil: o Estatuto da Terra, dispondo sobre a propriedade rural. As experiências de contestação que reivindicavam as Reformas de Base de certa forma impulsionaram a elaboração do Estatuto que, de acordo com Regina Bruno, representou muito mais uma postura conciliativa entre Estado e sociedade civil do que uma pretensa mobilização pela democratização ao acesso a terra.

---

<sup>22</sup>AI's faz-se referencia aos Atos Institucionais sentenciados a partir do Golpe de Estado de 1964 visando o fim da participação democrática e legitimação a violência estatal com a ideologia de Segurança de Nacional.

<sup>23</sup> Referência ao modelo de mobilização das Ligas Camponesas, não é obsoleto lembrar que tais lutas são reesignificadas e constitui um panorama amplo de embates e estratégias dos camponeses pós Golpe Civil Militar de 1964.

Se, de um lado, não ignoraram o pré-64 - pelo contrário, supunham o movimento social, a luta pelas reformas de base e a proposta de reforma do governo João Goulart -, de outro subestimaram a oposição da grande propriedade e do empresariado à reforma agrária. Ou superestimaram a força da “revolução” ao acreditar que os militares poderiam facilmente desvencilhar-se da grande propriedade fundiária, bastando-lhes a iniciativa política. Este tipo de pensamento e de crença é próprio das conjunturas de transição e de mudanças autoritárias: acreditaram-se absolutos e não reconheceram sua relatividade histórica. (BRUNO, 1995, p.30)

O Estatuto aponta para algumas contradições. Pela primeira vez o Estado Brasileiro delimita e organiza a estrutura agrária e os conceitos latifúndio, minifúndio, módulo rural, propriedade familiar são definidos (ESTATUTO DA TERRA, Art4. 1964.) No entanto, o mesmo precisa ser compreendido à luz dos movimentos das classe dominantes agrárias que em articulação com IPES tecniciza e posteriormente militariza as discussões sobre o campo brasileiro como aponta a historiadora Sônia Mendonça,

Pode-se perceber que a política fundiária da gestão Castelo Branco encontrava-se, desde seu nascedouro, defasada, posto existirem novos interesses por parte das inúmeras frações das classes dominantes, em especial as internacionalizadas. Se, no pré 1964, setores da burguesia industrial produtora de bens de consumo básico sensíveis aos apelos de reforma agrária recusaram-na por motivos políticos, no pós 1964, depois de neutralizado o perigo comunista, essa mesma burguesia outra vez omitir-se-ia, levando ao recuo nos intentos reformistas do Governo. O Estatuto da Terra deve ser apreendido como um campo de forças no qual, desde a elaboração do projeto até sua aprovação final, verificou-se a disputa entre representante do Governo e técnicos oriundos do Ipes e porta-vozes das frações dominantes agrárias, contrárias à implantação de sua versão original. (MENDONÇA, 2010, p 430)

No mesmo Estatuto é apresentada, singularmente, a pretensão da Reforma Agrária. Sobre este aspecto aponta-se inovação e no que diz respeito à desapropriação por interesse social em títulos de dívida pública abandonando o pagamento prévio e em dinheiro, ou seja, traz-se o elemento da “desapropriação” embora se admita a recolocação investida.

Em linhas gerais a presença de uma lei que regulamente a estrutura agrária do país parece-nos um salto dentro das concepções de luta no campo. As contradições presentes no Estatuto, porém, desqualificam sua própria pretensão reformista, como a de associação entre produtividade e latifúndio, além de não considerar a relação entre o pequeno camponês e a terra não agregados no conceito de propriedade burguesa.



O Estatuto da Terra reflete a tendência intelectual sobre o campo brasileiro, lido como um espaço pra solucionar o atraso econômico do país, um debate um tanto caro sobre as estruturas socioeconômicas do Brasil nas décadas de 1950-1970.

Problemas de abastecimento dos centros urbanos e descapitalização do campo<sup>24</sup> são os diagnósticos da explicação do atraso do Brasil. Portanto, é perceptível o quanto essa visão determina alguns aspectos do Estatuto<sup>25</sup>.

A reforma agrária na presente Lei é pensada como um viés de modernização do país em sintonia com o Plano de Ação Econômica do Governo- PAEG lançado também em 1964.

[...] Para além de seus aspectos antipopulares e autoritários, o estatuto guardava evidente cunho reformista, como pode ser exemplificado pela própria definição de reforma agrária nele contida, inserindo-se num conjunto mais amplo de medidas vinculadas ao Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), mormente no tocante ao papel a ser desempenhado pela agricultura no desenvolvimento capitalista. Desse ponto de vista, o estatuto vinha fazer frente à crise econômica brasileira, buscando, por meio da reforma fundiária, ampliar o mercado interno e configurar uma classe média consumidora de produtos industriais. Mas buscava, igualmente neutralizar conflitos e tensões no campo. (MENDONÇA, 2010, p.41)

Nas políticas de desenvolvimento agrárias introduzidas durante o regime civil-militar a partir do Estatuto da Terra, segundo Mançano, em *Agronegócio e Reforma Agrária*, a introdução do agronegócio como modelo estratégico de modernização do campo é favorecido pela repressão militar ao movimento camponês. Acompanha-se o desenvolvimento de monoculturas voltadas para agroindústria e agropecuária como impulsionadora da produtividade e geração de riqueza (MANÇANO, 2002, p.67).

O Estatuto da Terra, para Moacir Palmeira, configura o interesse da modernização do latifúndio, embora o antropólogo reconheça que a lei agrária de 1964 traga novas "identidades" para reconfiguração dos atores envolvidos.

O Estatuto da Terra, na sua ambigüidade, abre a possibilidade de diferentes vias de desenvolvimento da agricultura e oferece múltiplos instrumentos de intervenção ao Estado. Nos governos que se sucederam após 1964, uma via foi priorizada: a da modernização do latifúndio, em prejuízo daquela que era, aparentemente, privilegiada pela letrado Estatuto, a da formação de propriedades familiares. (PALMEIRA, 1989, p. 94)

<sup>24</sup> O termo descapitalização diz respeito a ausência de formas de desenvolvimento do capitalismo no campo.

<sup>25</sup> Um dos aspectos diz respeito a criação da empresa agrícola financiada pelo Estado com a proletarianização da mão de obra camponesa.

Assim, o que realmente é colocado em prática diante de uma nova estrutura estatal é o processo de modernização agrícola dos latifúndios, política priorizada no final da década de 1960 em consonância às políticas econômicas de Delfim Neto que priorizavam a colonização da fronteira agrícola "concessão de crédito e subsídios estatais, seletivamente direcionados para a agricultura patrona" (MENDONÇA, 2010, p. 49).

## 2.2 "Modernização da Agricultura" no Brasil : agentes e agências

Dessa forma, é importante observar que o Estatuto não encerra as disputas em torno de um projeto agrário, pois a legislação não foi integralmente refletida enquanto política, mas sofre alterações ao longo do projeto ditatorial. Essas alterações são lidas como reflexo das relações entre representantes diretos do Governo Federal em seus ministérios e agências, frações da classe ruralista e movimento camponês na luta pela terra. As mudanças sofridas na legislação agrária nos períodos de 1964-1973, estiveram em sintonia com as orientações econômicas de cada período e demonstra qual segmento de classe é beneficiado nas políticas de modernização da agricultura.

**Tabela I** Decretos e Planos Econômicos (1964-1971)

| LEIS E DECRETOS <sup>26</sup> | DISPOSIÇÃO  | POLÍTICA ECONÔMICA |
|-------------------------------|---|--------------------|
| <b>552286/64</b>              | -Instruções e determinações dos Ministérios, Agências e Institutos responsáveis pela Reforma Agrária e Política Agrícola.<br>-Desvinculação entre Reforma Agrária e Política Agrícola.  |                    |
| <b>55.891/65</b>              | -Dispõe sobre a metodologia da Reforma Agrária e Política Agrícola<br>-Atuação das Agências de crédito no desenvolvimento agropecuário.<br>-Subordinação do Ministério da Agricultura ao Ministério do Planejamento.<br>-Caracterização da Empresa Rural e sua linha de atuação<br>-Zoneamento econômico das Regiões<br>-Submissão das Diretrizes de -Desenvolvimento Agrário de cada Região ao Plano de Ação do Governo (PAEG) |                    |

<sup>26</sup>Tabela de confecção própria construída de acordo com a obra Série Legislação Brasileira. Estatuto da Terra (1992, p. 72 a 235) e a partir dos dados coletados no Diário Oficial da União disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) no período de 1970-1972 Acesso em 10/05/2015.

|                 |   |   |
|-----------------|---|---|
| <b>56792/65</b> | -Apresentação dos critérios básicos para a tributação.<br>-Dispõe sobre o ITR (Imposto Territorial Rural).  | PAEG  |
| <b>56798/65</b> | -Regulamentação do Fundo Agroindustrial, esse passa atuar no amparo aos proprietários rurais nos projeto de fomento agropecuário e industrial, tais projetos financiados pelo BNDE e Empréstimos.   |   |
| <b>56799/65</b> | -Dispõe sobre o Cadastro Rural organizado a partir de um Junta Interministerial.  |   |
| <b>4947/66</b>  | - Prioridades dos órgãos responsáveis pela Reforma Agrária e liberalização para os estados atuarem juntamente ao IBRA na expedição de títulos.  |   |
| <b>59428/66</b> | -Estabelece os critérios de Acesso a Terra com prioridade às políticas de colonização, assim como a implantação de núcleos de colonização agrícola ou agro industrial e cooperativas em programas de colonização oficial e particular.  |   |
| <b>51173/66</b> | -Conversão do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia e Criação do Banco de Investimentos Privados da Amazônia e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.  |   |
| <b>61867/67</b> | -Estabelece o Seguro Rural Obrigatório.   | PED;<br><br>Plano de Metas e Base para Ação do Governo; |
| <b>582/69</b>   | -Criação do GERA (Grupo Executivo de Reforma Agrária); Identificação das áreas de prioritárias para execução de novas unidades de exploração agrícola.  |   |
| <b>2979/69</b>  | -Lei de Terras no Maranhão dispõe sobre a reorganização do espaço fundiário maranhense e criação da Departamento de Desenvolvimento Agrária subordinado à Secretaria de Agricultura do Estado e organizador das funções delegadas às Delegacias de Terras.  |   |
| <b>494/69</b>   | -Autoriza brasileiros e estrangeiros a aquisição de áreas para o desenvolvimento de projetos industriais e agropecuário de interesse para economia nacional   |   |
| <b>1.110/70</b> | -Extinção do IBRA e INDA e criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Inicia-se o processo de perda de autonomia do estados sobre as terras estaduais  |   |
| <b>5709/71</b>  | -Regula o decreto -lei 494/69 dispondio sobre a aquisição de terras por estrangeiros residentes no país ou pessoa jurídica autorizada a promover o desenvolvimento do país. Fica a cargo do Poder Executivo e o Conselho de Segurança Nacional definir a quantidade de terras a serem adquiridas por pessoas e grupos estrangeiros. |   |
| <b>1.106/70</b> | Criação do Plano de Integração Nacional. Plano orientador do modelo de integração das áreas do Norte e Nordeste de interesse social para o desenvolvimento do país.   |   |
| <b>1164/71</b>  | Declarou indispensáveis à segurança e o desenvolvimento nacionais as terras devolutas situadas na faixa de 100km de largura em cada eixo das rodovias da Amazônia Legal <sup>27</sup> .   |   |

<sup>27</sup> O decreto 1.164 representou um passo decisivo na federalização e controle militar sobre a Questão Agrária. A medida utilizada para a aquisição forçada de terras retirou dos estados pertencentes da

|          |   |      |
|----------|---|------|
| 1179/71  | Criação do Programa de Redistribuição de Terra (Proterra) de fomento da agroindústria das regiões da SUDAM E SUDENE.  | IPND |
| 5.868/72 | Criação do Sistema Nacional de Cadastro Rural. Retira das áreas de desenvolvimento do programas de colonização particular e de exploração mineral a progressividade de imposto rural. |      |

As principais alterações do Estatuto da Terra dizem respeito a: Imposto Territorial Rural (ITR), política de colonização, separação entre reforma agrária e política agrícola, financiamento de programas de desenvolvimento agrícola, burocratização de acesso à terra, subordinação da reforma agrária às diretrizes econômicas. A redução das liberdades de organização política radicalizada pelo AI5, em 1968 golpeia o movimento camponês contra-hegemônico<sup>28</sup> que buscará estratégias de acesso a terras já que dentro do Estado Restrito seu papel será reduzido diante das políticas hegemônicas em benefício da modernização do latifúndio refletidas nas modificações da materialidade institucional do Estado.

Para desvincular um modelo desenvolvimentista de uma discussão de política social (acesso a terra) são criados dois órgãos distintos o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Agrário (INDA) ambos com orçamentos diferenciados e diretamente ligados ao Ministério da Agricultura. O IBRA, segundo o Estatuto da Terra, estaria subordinado ao presidente da república e este teria a inteira responsabilidade sobre a modernização da agricultura<sup>29</sup>. A criação de tais órgãos desembocou na extinção da SUPRA (Superintendência da Política Agrária) órgão criado em 1962, para executar medidas de Reforma Agrária detendo grande

---

Amazônia Legal o controle de 3.960.000Km de suas terras. Percebe-se que o decreto se aplica às terras devolutas a partir dos conceitos mal digeridos de *Fronteira Aberta, Terras Livres e Espaço Vazio*, não colocando como alvo grandes propriedades situadas às margens das Rodovias e nem considerando o processo de ocupação espontânea das áreas mencionadas. No caso do Maranhão os conflitos agrários gerados ao longo da BR-222 (sobretudo, no trecho Santa Luzia - Açailândia) que corta o estado ligando Fortaleza - Marabá deixam claro o grau de violência, abuso e autoridade do processo de controle de terras e a sua ocupação por interesse de Segurança Nacional.

<sup>28</sup> A despeito de uma historiografia que afirma categoricamente que no período pós Golpe de 1964 houve recuo do movimento camponês levando a ausência total de mobilização política no campo, acreditamos que o contexto político do pós 1964 fará com que o movimento contra-hegemônico do campo busque alternativas de lutas de acesso a terra, assim como estratégias de reorganização política, que ultrapassaram as disputas no Estado Restrito. Podemos citar o movimento camponês maranhense nas disputas da Sete Barraca, ou nas organizações políticas da região de Pindaré a partir de uma vivência crítica da religião pela atuação das CEB's ou em casos mais recentes, o conflito na década de 1980 de Terra Bela região de Santa Luzia, hoje Buriticupu. Para maior conhecimento ver FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio. Sete barracas em busca de um elo**. Imperatriz. Ética, 2008. FRANKLIN, Adalberto. **Manoel da Conceição sobrevivente do Brasil**. Imperatriz. Ética, 2014. Carneiro, Ana. **Retrato da repressão política no campo. Brasil 1962-1985**. Camponeses mortos e desaparecidos. Brasília. MDA, 2011.

<sup>29</sup> Lei nº 4.504, 1964.

autonomia na elaboração e fiscalização dos agentes envolvidos, cabendo à SUPRA "realizar o cadastro das propriedades rurais, a começar pelas terras públicas. A autoridade máxima da instituição, o superintendente nomeado pelo Presidente da República, teria status equiparado ao ministro de Estado" (CAMARGO, 1986, p. 196).

Sobre a relação entre reforma agrária e planos econômicos, se torna mais evidenciado o deslocamento da discussão em torno da questão agrária de uma política disbruitiva de terras com caráter de justiça social para o controle da propriedade e a função da agricultura para o desenvolvimento e progresso do país. O decreto 55.891 de 1965 estabelece que o Ministério da Agricultura estaria subordinado ao Ministério do Planejamento e por consequência todos os órgãos e agências ligados ao Ministério da Agricultura (INDA e IBRA) estariam sujeitos às decisões da política econômica e suas diretrizes.

A política econômica do "milagre" partir do período 1969, como apresentamos no capítulo anterior, é reorientada para a valorização do modelo agroexportador (o que explicaria as políticas de expansão da fronteira na região Norte-Nordeste). A agricultura é o canal a ser privilegiado para o desenvolvimento econômico via ampliação da fronteira agrícola, modernização da agricultura e liberação de crédito e subsídios estatal. A leitura de Delfim Neto reside na interpretação de que o desenvolvimento do campo é sinônimo de abastecimento dos centros urbanos e o fornecimento de divisas e recursos via confisco cambial será a tônica da política delfiniana.

A estratégia de Delfim Netto é mais simples: o motor do processo provém da agricultura e das exportações; mais radical, ao sugerir uma rejeição integral das políticas do passado, oferecendo ao regime um modelo econômico "novo" que confirma a ruptura com a velha ordem pré-64; e, não menos importante, é dotada de forte apelo ao colocar a agricultura numa posição central (e ainda fazê-lo, afastando a incômoda proposta de reforma agrária). No "novo" modelo, a dinâmica do desenvolvimento ativada valendo-se de "um elemento exógeno" envolve tanto a agricultura quanto a indústria. Ocorre, porém, que as possibilidades de incremento das exportações industriais são reconhecidamente mais limitadas – e mesmo que isso não se verificasse, o seu efeito dinâmico seria reduzido, dada a participação "mínima" das exportações no total da demanda industrial. Daí a centralidade atribuída à agricultura. (MACARINI, 2005, p. 62-63)

A partir dos anos de 1967, como afirma Marcos Kowarick (1995, p.31), são estabelecidos, de acordo com o Plano Quinquenal da SUDENE, os critérios *colonização*

e *segurança nacional* ficando evidente<sup>30</sup> a participação cada vez mais atuante do Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda e do Conselho de Segurança Nacional nas políticas decisivas sobre estrutura agrária brasileira: latifundiários, empresas agropecuárias e militares tecem o grande pacto de controle do campo garantido pelo AI 5 de dezembro de 1968, que corou o autoritarismo e a perseguição de camponeses nas regiões marcadas por tensões sociais ligadas aos conflitos agrários.

Os órgãos responsáveis pela Reforma Agrária como o IBRA e posteriormente em 1970 o INCRA, trabalhavam a partir das orientações do Ministério da Agricultura e este por sua vez executava as orientações econômicas dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda. O Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), criado em 1969, contava apenas com um integrante do IBRA. O GERA tinha a responsabilidade de identificar as áreas prioritárias da Reforma Agrária e execução das políticas agrícolas como previa o decreto-lei 583/69 e no seu quadro de atuação havia integrantes do Ministério do Planejamento e do Conselho de Segurança Nacional como determinava o próprio decreto-lei, demonstrando o grau de relevância que essas agências teriam na condução da política de reforma agrária.

Em 1970 o IBRA e o INDA, diante da denuncia de um amplo quadro de práticas de grilagem exercido por seus agentes, são extintos e partir de então é criado um novo órgão, o Instituto de Colonização de Reforma Agrária (INCRA), um fator positivo se deu pela energia de técnicos do recém-instituto em criar o Cadastro de Imóveis Rurais inexistente no Brasil. Todavia, o grau de autonomia é reduzido e outro fator que chama atenção, embora não seja um fato inédito, é a equiparação de *colonização* com *reforma agrária*.

Portanto, as redefinições das agências direcionadas à agricultura elucidadas acima, a subordinação dos órgãos de reforma agrária aos setores ligados ao planejamento macro-econômico demonstram qual malha estatal em sua agremiação de classe será hegemônica na atuação entre Estado e Agricultura.

O controle de acesso a terra, a integração da política de colonização com a política de reforma agrária, federalização das terras<sup>31</sup> a partir do conceito de segurança nacional contemplam as prioridades da política fundiária desenvolvidas em 1968-1970.

---

<sup>30</sup> Os decretos-leis aprovados a partir de 1969 são cada vez mais rigorosos em relação ao controle efetivo da propriedade rural e burocratização de acesso a terra desembocando na federalização das terras estaduais e da atuação do Conselho de Segurança Nacional nas decisões sobre a estrutura fundiária brasileira.

<sup>31</sup> Terras situadas a 100km de cada lado das rodovias federais.

Em junho de 1970 é lançado o Programa de Integração Nacional (PIN) que em nome da integração das regiões Norte-Nordeste objetivava, além da construção de rodovias, a colonização para fins de reforma agrária de áreas “adequadas” à exploração econômica.

Chamemos a atenção para a ausência de órgãos e agências diretamente ligadas à reforma agrária nas discussões e execução do PIN, pois as normas de aplicação dos recursos do Programa de Integração Nacional "serão elaboradas, em conjunto, pelos Ministros da Fazenda, do Planejamento e Coordenação Geral e do Interior e aprovadas pelo Presidente da República." <sup>32</sup> que favorecia claramente o Programa de Metas e Base para Ação do Governo do ministro Delfim Neto

Integrar a estratégia de ocupação da Amazônia de desenvolvimento do Nordeste[...] reorientar as emigrações de mão de obra do Nordeste em direção aos vales úmidos da própria região e à nova fronteira agrícola, evitando-se o deslocamento para as áreas metropolitanas do Governo-Sul" (**Programa de Metas para Ação do Governo** apud KOWARICK, 1995, p.38.)

Sobre a condução da Reforma Agrária e com elementos apontados acima, podemos afirmar - a partir das colaborações teóricas de Poulantzas sobre Estado e Poder- qual a fração dominante localizada nas agência estatais estiveram presentes na condução do projeto fundiário, desenvolvido a partir de 1964. Sobre esse aspecto ressalvamos que compreendemos o Estado Restrito, o ambiente da materialização das disposições de classe, não correspondendo, portanto, a uma só classe, mas, mesmo em tempo de Ditadura, diz respeito aos embates de frações de classe nas relações de poder (POULANTZAS, 2000 p.32). Ou seja, o recuo do programa de reforma agrária distributiva significa menos a ausência de setores de classes ligados ao movimento de democratização da terra<sup>33</sup> e mais sobre as estratégias de controle das políticas voltadas à agricultura por setores ligados ao processo de "modernização"-implantação empresa agrícola e militarização da questão agrária.

[...] o encaminhamento da questão fundiária, pela ditadura militar, não podia fazer-se separadamente da questão do desenvolvimento econômico, inclusive do desenvolvimento da agropecuária, entendidos

---

<sup>32</sup> Artigo Terceiro do **DECRETO-LEI Nº 1.106**, de 16 de junho de 1970.

<sup>33</sup>As discussões sobre a reforma agrária é ampla dentro das agências estatais, não podendo afirmar a ausência de uma perspectiva reformista. O próprio Estado da Terra, não se mostrou como uma legislação acabada, as alterações nas disposições jurídicas demonstram uma atuação política em construção sobre a agricultura, o que segundo a percepção deste trabalho, traduz a luta de classe e mais, as disputas entre as frações da classe dominante refletidas nos embates entre ministérios e agências: a sobreposição de ministérios sobre outro, perda gradual de autonomia de determinadas agências, diferenciação programática de orçamento entre os ministérios e a ampliação da atuação do Conselho Nacional de Segurança são elementos que favorecem a leitura segundo a qual o Estado e sua ossatura material devem ser lidos a partir de perspectiva relacional de poder. (POULANTZAS, 2000, p. 55)

como fortalecimento da empresa capitalista e sua expansão. o governo procurou ajustar o problema da terra aos objetivos da segurança nacional, o que significa impedir ou dificultar o desdobramento político da luta pela terra. (MARTINS,1984, p.32)

Os anos de 1968-1970 mostram a potencialização de elementos como colonização, fronteira agrícola, segurança nacional, integração nacional, na pauta das políticas de reforma agrária. A autonomia de setores do planejamento econômico nas discussões sobre a reforma agrária ressalta o viés racionalista da "modernização" do campo que beneficiará o desenvolvimento da agroindústria e agropecuária e a reconfiguração da classe ruralista brasileira, que sob o véu do progresso e da modernização da agricultura latifundiarista, constituirá uma nova identidade de classe agora voltada para "grandes produtores" e "empresa rural".

### **2.3 Agricultura e Questão Agrária no Maranhão**

No Maranhão, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) a Lei de Terras de 1969 e a refundação da Escola de Agronomia em 1970, fazem parte de um leque de políticas públicas para a modernização agrícola voltadas para o fortalecimento da empresa agropecuária em detrimento da agricultura familiar que, em sintonia com Governo Federal, modificaram a estrutura agrária do campo maranhense.

Na primeira metade do século XX, os setores de organização da economia e da agricultura do estado do Maranhão circulavam entre grandes fazendeiros e representantes da Associação Comercial de São Luís. A Associação Comercial exercia fortes influências nas políticas públicas, tanto nas atividades comerciais como nas discussões de incentivo à agricultura, a ponto de em 1946 criar a *Campanha de Produção Agropecuária*, custeada com recursos públicos. As elaborações e execução das plataformas de políticas voltadas para a agricultura giravam em torno de grandes proprietários de terra e comerciantes ligados à indústria. (BELLO, 1998, p.39).

Associação Comercial não só discutia as questões econômicas no Maranhão, mas elaborava programas de atuação e materiais de diagnósticos sobre temas relacionados à economia, história e ciência política, funcionando portanto, como um aparelho privado de hegemonia no estado do Maranhão<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Podemos citar "História do Comércio do Maranhão" do historiador Jerônimo de Viveiro. A obra foi encomendada pela Associação Comercial na década de 1950, tendo a partir de sua publicação grande



A *Campanha de Produção Agropecuária* desemboca em 1948, na construção do Plano SETA (Saúde; Educação; Transporte; Agricultura) elaborado pelo empresário Eduardo Aboud<sup>35</sup>. Com vigência de 1948-1951, o plano previa reformas nas estruturas agrárias do Maranhão com objetivo de fomentar a pequena produção o que certamente contribuiu para aprovação da lei 270 de 31/12/1948 que previa distribuição gratuita de glebas de terras devolutas com critérios poucos burocráticos em relação a lei estadual de 1969, prevendo também a aplicação de políticas de colonização.

Em consonância com a prática de planejamento nacional cria-se a Comissão de Planejamento Econômico do Maranhão (COPEMA), agência responsável pela elaboração de planos de desenvolvimento do Maranhão, fundada em 1958, e subordinada apenas ao governador do estado. Segundo Wilson de Barros Bello (1998), a COPEMA foi uma das principais agências fomentadora da discussão sobre o progresso e desenvolvimento do estado, seus técnicos participaram de cursos e treinamentos desenvolvidos pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e no ISEB. Se antes a representação de classe hegemônica sobre as políticas agrárias do estado circulava em torno da Associação Comercial e grandes fazendeiros, com o novo órgão são incorporados a essa aliança de classe os técnicos e economistas. Pela primeira vez organiza-se dentro da esfera pública a racionalidade de medidas voltadas para o "crescimento" do estado (BELLO, 1998, p.60).

No final da década de 1950 e 1960 havia uma discussão emergente na Ciência Política-econômica sobre as condições econômicas do Maranhão. Os embates giravam em torno das formas de como o Maranhão alcançaria o crescimento e enfrentaria o seu *atraso* econômico. Alfredo Wagner e Laís Mourão afirmam que uma das interpretações de grande autoridade na sociedade política até os anos de 1970 corresponde a falência e a decadência da agricultura maranhense e as condições subdesenvolvidas do camponês. Esse paradigma, que levava em consideração as formas de produção em grande escala e desconsiderava a produção de modo camponês, em muito influenciou os agentes estatais na organização fundiária maranhense, tanto na elaboração dos planos de desenvolvimento da agricultura, como na atuação das prioridades das políticas públicas para o campo maranhense (ALMEIDA, MOURÃO, 1976, p.11).

---

relevância se tornando referência nos estudos regionais sobre a economia do estado do Maranhão. Sobre o tema ver MOTA e GERMANO, 2014, p.169-185.

<sup>35</sup> Filho do deputado, empresário, industrial e um dos fundadores do "Moto Club" César Aboud.

Nas décadas de 1960 e 1970 a tônica desenvolvimentista passa ser o centro da política de planejamento da economia voltada para o setor primário. De acordo com os planos estaduais de desenvolvimento, as estratégias de progresso deveriam levar em consideração as formas de exploração intensiva da agricultura, as empresas agropecuárias e a mão de obra assalariada. O "setor primário", tanto em relação às iniciativas, quanto aos pronunciamentos, passa a ser entendido como alvo de projetos agropecuários. E os projetos passam a constituir principalidade. (ALMEIDA, MOURÃO, 1976, p.10).

#### **2.4 LEI, CRÉDITO E SABER: hegemonia da agropecuária na política agrária e transformações do campo no Maranhão (1968-1970)**

A modificação da estrutura agrária do estado, a partir da lei 2979 de 17 de julho de 1969, é uma interpretação uníssona na literatura sociológica sobre o campo maranhense. No entanto, há uma parcela da produção científica sobre o tema que insiste em ressaltar a autonomia da lei em descolamento com as políticas federais sobre a questão agrária no país. Entendemos, portanto, que a lei de terras do Governo Sarney<sup>36</sup> não é uma política solitária, mas um braço da atuação do Governo estadual em relação a política agrária do estado que envolve também um política de colonização, crédito e educação voltadas para modificação da estrutura fundiária do estado em aliança com Governo Federal .

Os ecos desenvolvimentistas ganham novos ares com a o governo Sarney que com a ideologia do "Maranhão Novo"<sup>37</sup> traça um projeto voltado para a modernidade, explorando o "novo" e reforçando o atraso do período anterior, embora os conceitos de *progresso, moderno e desenvolvimento* já existisse nas políticas públicas do período *vitorinista*, assim como o modelo de planejamento da economia como vimos no tópico anterior sobre a atuação da COPEMA. No entanto, Sarney reforça o discurso progressista através da materialidade da meta desenvolvimentista dos programas econômicos da Ditadura Civil Militar no quadro da política regional.

---

<sup>36</sup> José Sarney ganha as eleições para governador do estado do Maranhão em 1965, com vigência de 1966 a 1970. A vitória de Sarney é marcada uma série de medidas de intervenção federal na condução do processo eleitoral.

<sup>37</sup>O "Maranhão Novo corresponde à construção ideológica-discursiva de que o Maranhão depois da vitórias de José Sarney para o governo do Estado, abandonaria o atraso da era vitorinista e iniciaria um processo ininterrupto de modernização. COSTA, 2000, p.15

O discurso modernizante, desse modo, se, por um lado, não pode ser apontado como uma inovação do grupo Sarney, dado que o vitorinismo também já o adotara; por outro lado, possui profundas raízes na integração da economia maranhense ao processo de expansão do capitalismo monopolista em escala nacional (e seu correlato ideológico, o nacional desenvolvimentismo), integração iniciada na década de 1950 e intensificada pelas políticas na área econômica postas em prática pela ditadura militar a partir de 1964. O discurso da modernidade, então, foi imposto a partir de fora, mas adaptado e ressignificado para o contexto maranhense. Por conseguinte, o discurso do “Maranhão Novo” tem cumprido um papel, entre outros, de obscurecer dimensões fundamentais desse processo. Em primeiro lugar, ao construir o mito de que era uma novidade, um marco zero na política regional; em segundo lugar, ao procurar apresentar como resultado de sua ação (como obra de sua “vontade criadora”) os chamados “benefícios” de um processo de modernização na verdade bem mais amplo e complexo (em escala nacional e internacional) e que escapou, em boa parte, senão na maioria das vezes, de sua órbita de ação e decisão. (COSTA, 2000 p. 8)

Com a proximidade política entre o José Sarney e a Ditadura Civil Militar desde o Golpe de 1964 e evidenciada nas eleições de 1965<sup>38</sup>, o Maranhão " é colocado" na rota do progresso e das transformações iniciadas com o Golpe Civil Militar 1964.

As políticas de agressividade e racionalização da agricultura maranhense são potencializadas através da atuação da SUDENE<sup>39</sup>, criação da SUDAM e SUDEMA, Lei de Terras de 1969 com a fundação do Departamento de Desenvolvimento Agrário e refundação da Escola Superior de Agronomia. Essas agências tinham como objetivo construir o consenso em torno do desenvolvimento do setor primário (agropecuária), canalizar recursos para o financiamento de programas de desenvolvimento agrário, privatizar o direito de acesso a terra, deliberando a partir de interesses econômicos o processo de ocupação de *terras devolutas* entendidas pelo sistema autoritário da administração pública como *terras livres*, desocupadas, não considerando os movimentos de ocupação espontânea presentes no Maranhão.

Partindo de um conceito mal digerido de *terras devolutas*, essas políticas não estavam voltadas para *terras livres* de ocupação, mas para as áreas onde a presença da

---

<sup>38</sup> A chegada de Sarney pode ser compreendida a partir do Golpe de 1964 pelo apoio do Ditador Castelo Branco a candidatura a José Sarney no contexto das disputas estaduais do PSD e afastamento de setores da esquerda nacionalistas devido as políticas repressivas pós Golpe de 1964 esvaziando discussões mais radicais das Oposições Coligadas COSTA, Wagner Cabral. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Vitorino a Sarney.** São Luís. EDUFMA, 2006, p.80-82.

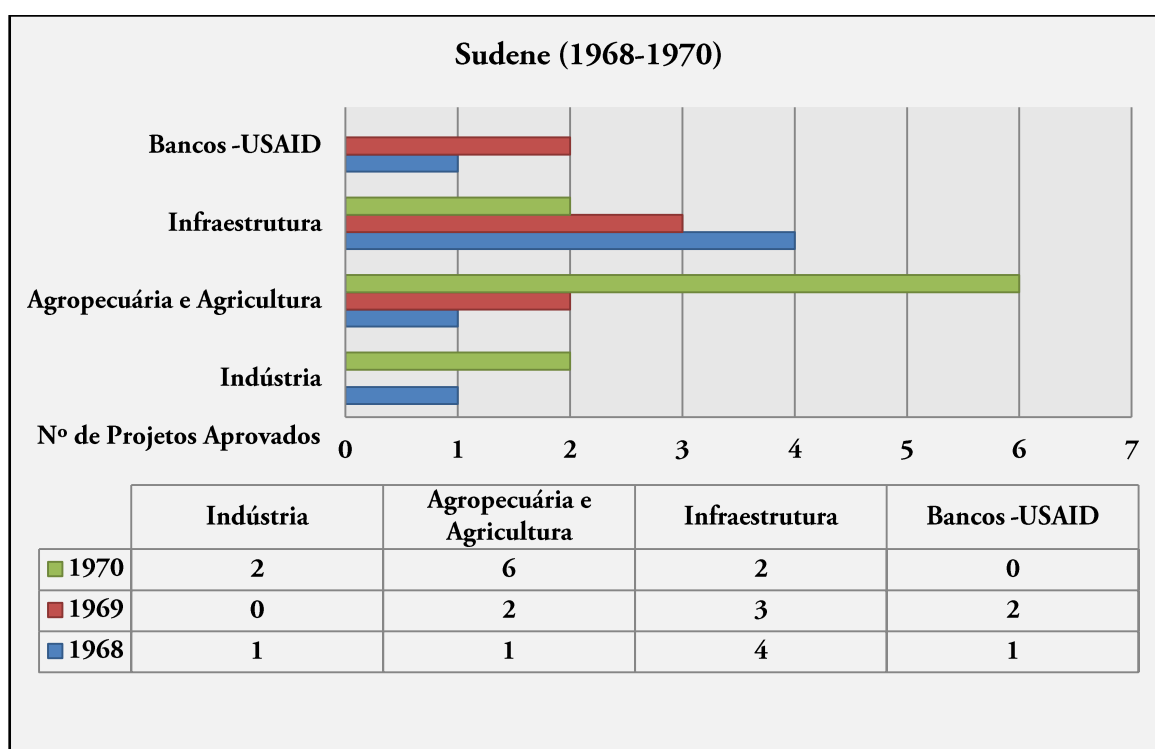
<sup>39</sup> Órgão atuante desde a década de 1950.

produção camponesa (familiar) não era reconhecida como útil ou integrante para economia nacional.

A expressão terras disponíveis, como terras devolutas, tem sido interpretadas usualmente de maneira dúbia. Ainda que o fato de serem estas terras pertencentes à UNIÃO não signifique necessariamente que sejam áreas desabitadas, isentas de aproveitamento econômico ou recursos naturais não incorporados ao processo produtivo, é desta forma que a expressão tem sido empregada. Apesar de se constatar a existência de fronteira agrícola, considera-se que as terras disponíveis do Maranhão são terras livres, desabitadas, não ocupadas economicamente, como se fossem "espaços vazios". (ALMEIDA e MOURÃO, 1976. p.14)

Em 1966 a COPEMA é extinta e sem muitas modificações é criada a SUDEMA, órgão que atuará na captação de recursos, em aliança com SUDAM e SUDENE, para incrementação de políticas de modernização do Maranhão tendo a agropecuária e infraestrutura como as principais linhas de atuação.

**Gráfico I** Distribuição de Recursos da SUDENE no Maranhão 1968-1970.



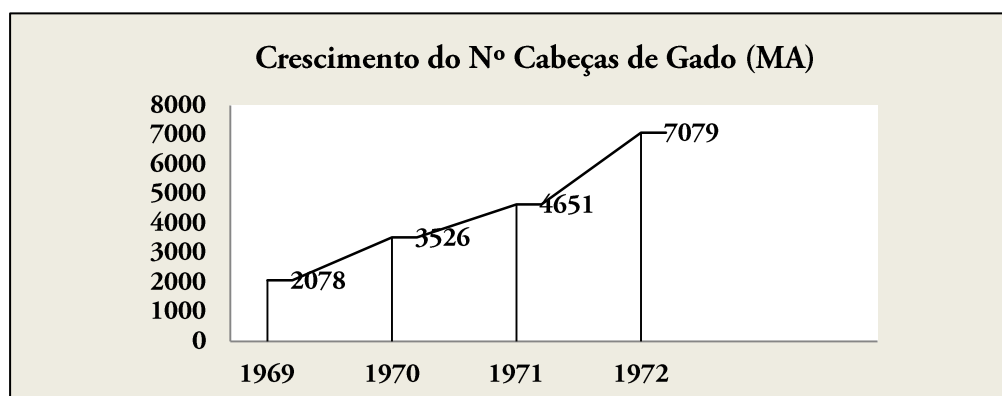
**FONTE:** [www.procondel.sudene.gov.br](http://www.procondel.sudene.gov.br) Acesso em 27/06/2015

Nos anos de 1968-1969, claramente a prioridade será para projetos ligados a infraestrutura, que em sua maioria diz respeito a distribuição de energia elétrica,

abastecimento de água e construção de estradas. essas medidas foram executadas em aliança com créditos e subsídios concedidos pelo USAID<sup>40</sup>.

O quadro acima se modifica em 1970. A partir desse ano, os recursos de incentivos, de acordo com o Gráfico I, são distribuídos em benefício da empresa agropecuária sendo esta a principal atuação do Estado-SUDENE voltada para o "primeiro setor". São aprovadas as colaborações financeiras para as seguintes empresas e localizações: Projeto Cia Agro Pastoril do Vale do Mearim - CAMPIMA em São Mateus do Maranhão; São Bento Agro Pecuária SABESA em Lago da Pedra; Empresa Venesa - Verde Negro Agropecuária em Codó; Empresa Agropecuária Esperança em Olho D'Água da Cunhãs; Empresa Companhia Madeireira- COMASA em Santa Inês; Empresa Timbira Agropecuária em Timbiras.<sup>41</sup> Todos esses empreendimentos são colocados na faixa "A" de prioridade.

**Gráfico II** Crescimento do rebanho bovino 1969-1972.



FONTE: IBGE. Apud. ALMEIDA e MOURÃO, 1976, p. 27.

O arranjo político de financiamento da pecuária é refletido no aumento no crescimento do rebanho bovino do estado do Maranhão (GRÁFICO II) que cresce aproximadamente em três anos 159,2%, uma média de crescimento de 53,03% ao ano.

O período de 1970/80 foi o momento de maior expansão da grande propriedade no Maranhão, impulsionada pela política de incentivos fiscais e de modernização conservadora da agricultura brasileira. Esse financiamento público da grande propriedade desencadeou dois processos sociais diferentes; nas regiões de fronteira favoreceu o desenvolvimento da indústria da grilagem; enquanto nas regiões de "colonização antiga" provocou a expulsão dos chamados agregados,

<sup>40</sup>Organismo financeiro americano criado para fomentar o desenvolvimento da América Latina e "gerenciar os programas norte-americanos de assistência social e econômica implementado nos países considerados subdesenvolvidos." BELLO, 1998, p.55.

<sup>41</sup> Todos os projetos citados acima estão disponíveis no Banco de Dado da SUDENE procondel.sudene.gov.br RESOLUÇÕES. Acesso em 27.06.2015

camponeses que trabalhavam de forma subordinada no interior da propriedade latifundiária. (CARNEIRO, 2013, p. 28)

A década de 1970 é caracterizada pela importância de incentivos fiscais na execução da política agrícola do estado do Maranhão, em harmonia com o movimento da política federal de avanço da fronteira agrícola a partir da valorização da grande propriedade fundiária e na execução de projetos "de interesse do desenvolvimento nacional" por grupos econômicos nacionais e estrangeiros a partir da liberação e regularização deste último em adquirir terras nacionais.<sup>42</sup>

A agropecuária é o modelo que orientará as alterações do campo maranhense, que não se transformará em potencial econômico, mas no decorrer da década de 1980, em grande processo de especulação de terras no Maranhão com a venda de fazendas a preços exorbitantes para projetos de Reforma Agrária, (CARNEIRO, 2013, p.123).

Ao sinalizar para o setor primário e a sua exploração agropecuária, o Governo Estadual trata de conferir uma reorientação jurídica da terra para a sua ocupação planejada. A Lei de Terras de 1969, com as alterações de posse e propriedade no Maranhão, não é uma política isolada, mas um projeto de reestruturação fundiária e em sintonia com a política desenvolvimentista a nível nacional, o que compromete e potencializa, por meio da utilização do recurso jurídico do Estado (Lei de Terras), a restrição do acesso livre à terra.

A terra, que até então era usufruída livremente pelos lavradores pelos lavradores, assume um valor no mercado. A reordenação do espaço territorial, baseada no princípio jurídico da propriedade privada da terra, gera novas relações de princípio jurídico da propriedade privada da terra, gera novas relações de produções: separa os produtos diretos em duas categorias: proprietários e não proprietários dos meios de produção e favorece a concentração da terra nas mãos de grileiros e de grandes grupos empresariais, pelo poder político do Estado. (LUNA, 1984, p. 35-36)

Observamos que o ano de 1969 é decisivo não só para estrutura fundiária maranhense, mas também para alguns estados da Amazônia Legal<sup>43</sup> como Acre, Pará e Roraima que lançam decretos-lei de reorientação fundiária para o direcionamento racional da política agrícola no mesmo ano que a Lei de Terras no Maranhão.

---

<sup>42</sup> Em 1969 o decreto -lei 494 dispõe sobre a aquisição de terras por estrangeiros residentes no país ou pessoa jurídica autorizada a promover o desenvolvimento do país, o decreto é regularizado em 1970. Ou seja, qualquer grupo estrangeiro com interesse de adquirir terras no Brasil teria permissão, uma vez comprovado o alinhamento dos seus interesses econômicos com os projetos de desenvolvimento nacional.

<sup>43</sup>Território que corresponde as áreas dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão.

Compreende-se que esse fenômeno faz parte da estratégia de classe (empresários da agroindústria e latifundiários tradicional<sup>44</sup>) de ocupação racional e deliberada das áreas da Amazônia Legal tanto por sua face de latifúndio tradicional como por latifúndio de transição<sup>45</sup>, é claramente beneficiado pelos decretos-lei n. 582 de 1969 que dispõe sobre a identificação das áreas prioritárias pelo Grupo Executivo de Reforma Agrária<sup>46</sup>. Serão desenvolvidos projetos de colonização e desenvolvimento agropecuário refletindo uma nítida política de expansão da fronteira agrícola e investimentos na infraestrutura ligados a malha rodoviária.

A lei estadual 2979/69<sup>47</sup>, regularizada em novembro de 1969, é uma tentativa, através da mercantilização da terra, de formalizar e normatizar o modelo de ocupação agrária e os agentes detentores do direito a propriedade, sendo a via jurídica uma forma de garantir a concessão mercantil da terra.

Ao burocratizar o reconhecimento e o acesso às terras do estado, a lei não identifica como legítimas as relações para além do conceito de propriedade burguesa colocando elementos estranhos ao camponês de modalidade familiar ou comunidades tradicionais, mecanismos de legitimação da relação com a terra. Nesse sentido, como afirmam Almeida e Mourão, a lei (o jurídico) se apresenta tão violenta para os camponeses como qualquer outro recurso de expropriação. (ALMEIDA, MOURÃO, 1976, p.29).

Com o objetivo de disciplinar o uso das terras estaduais, a lei 2979/69 acelera o processo de modernização conservadora no estado Maranhão. Embora seu Art. 10º negue a formação de latifúndio, na prática a medida se aplica no sentido contrário, pois em seguida, a lei dispõe sobre empreendimentos de "interesse social" ou "iniciativa pioneira para dinamização da economia da região" (Artº 13. Lei 2979/69). Essas iniciativas caso aprovadas pelo Departamento de Desenvolvimento Agrário (DDA) poderiam anexar glebas compradas a utilização integral.

O DDA executaria suas obrigações pelas Delegacias de Terras<sup>48</sup>. (Cap. VII, Art 39º a 41º). As atribuições desse departamento são de imensa importância para a

---

<sup>44</sup> Latifúndio com relações de trabalho e produção associada ao uso de mão de obra camponês.

<sup>45</sup> Diz respeito às alterações nas relações de produção e organização de mão de obra com características capitalistas.

<sup>46</sup> O Grupo Executivo de Reforma Agrária foi criado pelo mesmo decreto.

<sup>47</sup> Conhecida por parte da literatura a respeito como Lei de Terras do Maranhão ou como "Lei de Sarney"

<sup>48</sup> No quadro da Delegacia de Terras de Imperatriz o procurador Dr. Agostinho Noletto Soares assume o cargo em 1968. Filho do proprietário de terras, o fazendeiro goiano Marcelino Ferreira Soares, Agostinho começa a atuação nas agências estatais com trinta e cinco anos já advogado e político. Posteriormente,

finalidade da Lei de Terras. É através dessa agência e da autoridade conferida a ela que se exerce a materialidade do interesse do Estado em orientar "os negócios"<sup>49</sup> da agricultura traduzido no uso da terra para o benefício da empresa agropecuária.

Para aquisição de glebas -e anexação dessas- são previstas a formação de sociedades anônimas e cobrados inúmeros critérios, como projeto detalhado, área de interesse, informação detalhada da propriedade requerida, títulos e documentos sobre a situação jurídica e financeira do requerente. Tais critérios impossibilitavam, por meio da burocracia estatal, a presença de camponeses inseridos em outra lógica de reconhecimento de posse ou impedidos ao acesso desta via de reconhecimento. Embora a lei não mencione que a finalidade desses critérios legitima as classes sociais que detém o acesso a esses mecanismos (seja por grilagem ou autoridade jurídica e econômica)<sup>50</sup>, o silêncio sobre o camponês, sobre a propriedade de exploração camponesa/ familiar, sobre os territórios de ocupação tradicionais (quilombolas e indígenas), a ausência de reconhecimento dessas categorias, é um dos organizadores da violência sobre elas materializada pela Lei de Terras de 1969.

O dispositivo 29.79/69 também prevê a criação do Banco de Desenvolvimento do Maranhão (BDM) que ocorre em 1970, e a existência de um Fundo Especial resultado financeiro da concessão de terras voltado para o Programa de Desenvolvimento Agrário do Estado. O BDM seria beneficiário, de acordo com a lei, em 40% do Fundo Especial "para aplicação em projetos agrícolas, pecuários ou de exploração florestal" (Art. 28º). Em tese, essa fórmula corresponde a seguinte afirmação, o Estado concede terras a grupos privados e com o resultado mercantil financia os projetos dos mesmos grupos privados.

O recurso jurídico em discussão faz parte do processo de reformulação administrativa do Governador José Sarney. A reforma administrativa foi realizada pelo

---

foi Secretario de Segurança Pública do Estado do Maranhão e Secretario da Educação em Imperatriz, onde também dirigiu o editorial O Progresso. In: [www.jupiter.com.br/u/socultura/agostinho.html](http://www.jupiter.com.br/u/socultura/agostinho.html) ACESSO em 10 de junho de 2015. Agostinho Noletto é citado na obra Grilagens. Corrupção e Violência em Terras do Carajás como um dos articuladores dos grilos na região tocantina juntamente com o delegado de terras Dr. Pedro Nunes de Oliveira. ASSELIN, 2009. p. 113-119.

<sup>49</sup> Referência a mudança nominal da Secretaria da Agricultura para Secretaria dos Negócios da Agricultura depois do processo reorganização administrativa do Governo Sarney em 1969.

<sup>50</sup> Importante considerar as observações de Leonarda Musumeci sobre a relação entre camponês e terra. Fugindo de um purismo teórico segundo o qual o camponês não conhece outro sistema de reconhecimento na sua relação com a terra senão segundo formas anticapitalistas, a autora afirma que inúmeras vezes os próprios camponeses recorrem ao sistema jurídico e até ao grilo para garantir o seu direito a propriedade como possibilidade de resistência, não sendo esses mecanismos utilizados só para os grandes proprietários. Embora as políticas públicas agrárias estejam em sua maioria voltadas para essa última categoria MUSUMECI, Leonarda. **O Mito da terra liberta**. São Paulo. Vértice, 1988. p. 45-46.



Instituto de Serviço Público da Bahia coordenado por Eliezer Moreira Filho e objetivava racionalizar e "modernizar" a atuação do estado e de seus serviços.<sup>51</sup>

Nesse cenário, a Lei de Terras de 1969, regula as novas agências da SAGRIMA (passando a partir de 1969 a ser nomeada como Secretaria dos Negócios da Agricultura), e confere a um Departamento em especial a obrigação de coordenação e aprovação dos projetos econômicos na agricultura e discriminação das terras devolutas: o Departamento de Desenvolvimento Agrário (DDA), órgão vinculado à Secretaria dos Negócios da Agricultura tendo como secretário Lourenço José Tavares Vieira da Silva.

Lourenço José Tavares pode ser compreendido como aquele que media e organiza a vontade política de uma determina classe: um intelectual orgânico do projeto de modernização conservadora da classe ruralista nas políticas agropecuárias.

O intelectual orgânico para Gramsci contrapõe o intelectual tradicional, não significando o processo de acúmulo de conhecimento, mas a não isenção frente os conflitos sociais e organização do consenso na classe inserida.

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2001, p. 21)

A trajetória do agrônomo Lourenço José na ossatura material do Estado passa despercebida por grande parte da literatura a respeito do tema no período em estudo. Formado em engenharia agrônoma pela Faculdade de Agronomia da Amazônia, José Lourenço assume a Secretária da Agricultura em 1967 aos vinte e cinco anos. Nos anos de 1970 dá um salto na carreira institucional dentro do Estado Restrito ao ser

---

<sup>51</sup> Na SAGRIMA (Secretaria da Agricultura) foram criadas agências com objetivo deseterizar as discussões a respeito da agricultura no Maranhão, segundo Lourenço Vieira, secretário da Agricultura em entrevista concedida ao jornal O Dia de 1969. A reforma visava desburocratizar os trabalhos da secretária (*Secretaria da Agricultura tem nova estrutura administrativa*. O Dia, São Luís 16.10.1969). São criados os seguintes departamentos e serviços: Departamento de Produção, Serviço de Engenharia Rural, Departamento de Desenvolvimento Agrário (que desenvolveria as políticas de terras do estado do Maranhão), Serviço de Promoção e Controle e a Coordenação de Execução de Projetos e não menos importante, o Centro de Pesquisas Agronômicas e as Delegacias Regionais. (existentes desde de 1968).

nomeado (1974-1979) presidente nacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária<sup>52</sup>.

A atuação de classe do então secretário da agricultura gira em torno do processo de beneficiamento da agropecuária. Autor do documento base do Programa de Desenvolvimento da Pecuária do Maranhão, em 1969, juntamente com a função de secretário da agricultura assume o Conselho Estadual de Agricultura, agência responsável pelo desenvolvimento da agropecuária no Maranhão. É o principal organizador da Escola Superior de Agronomia do Maranhão, em 1970.

A Escola Superior de Agronomia (ESA) mantém estreita relação com a Secretaria da Agricultura, seu secretário, sendo este o primeiro diretor da instituição de ensino. A ESA é receptora da ideologia modernizante da agricultura desenvolvidas pela SAGRIMA, assim como materializa as diretrizes agrárias através do ensino.

É válida a observação de que em 1968, é criada a Escola Superior de Engenharia. Arrisco a afirmação que a criação de dois âmbitos de saberes (ENGENHARIA E AGRONOMIA) tem estreita relação com as duas linhas de maior atuação do estado: Infraestrutura e Agropecuária (Gráfico I). A emergência do ensino superior agrícola no Maranhão pode ser compreendido a partir de sua localização histórica na relação Estado e terra, assim como sua finalidade social.

Desta forma, é possível perceber como são traçadas as estratégias de condução das políticas agrárias do Maranhão via política pública. O Estado portanto age através de vários discursos, seja pela via autoritária ou pelo consenso para construir o modelo de modernização da agricultura pela mercantilização da terra via desenvolvimento da agropecuária genericamente entendida como "setor primário". Crédito, lei, educação e colonização são as formas pelas quais se reconhece a atuação do Estado (agências e agentes)<sup>53</sup> no processo de modificação do campo maranhense.

---

<sup>52</sup> Também consta sua atuação nas seguintes agências: Chefe de Assessoria do Ministério de Minas e Energia de março de 1979 a julho de 1971; Secretário executivo do Ministério da Agricultura de 1989 a dezembro de 1991; Coordenador de Projetos Especiais do Ministério da Infraestrutura de dezembro de 1991 a outubro de 1992; Secretário de Desenvolvimento Regional do Ministério de Integração Nacional de outubro de 1992 a abril de 1994; Chefe da Casa Civil do governo do Estado do Maranhão de junho de 2005 a julho de 2006; Secretário de Minas e Energia do Estado do Maranhão de março de 2006 a julho de 2006; Secretário de Educação do Estado do Maranhão de abril de 2006 a abril de 2009. Hoje é professor titular da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). MARANHÃO. Assembleia Legislativa. Sessão Solene do dia 09 de dezembro de 2010. Diário da Assembleia, São Luís, 08 fev. 2011. p.7-9.

<sup>53</sup> Para além da atuação do Estado na sua ossatura material, também observamos a construção do consenso em torno do progresso tecnicista da agricultura maranhense, via imprensa, como avaliaremos no próximo capítulo.

### **Capítulo 3. A Imprensa na construção do consenso: O Jornal do Dia e a política agrária.**

*“Entre o sim e o não existe um vão”*  
Itamar Assumpção

Diante do quadro apresentado nos capítulos I e II na relação entre Estado e Agricultura foi possível compreender os mecanismos institucionais pelo quais as frações de classes organizadas no Estado Restrito direcionam e executam seus interesses sob o véu das políticas públicas. No entanto, a ossatura material do Estado não é o único espaço de atuação de classe, outras vias são utilizadas para a coletivização de um determinado projeto, portanto interessa-nos nesse capítulo verificar a atuação da imprensa enquanto aparelho privado de hegemonia na construção do discurso de modernização da agricultura no campo maranhense através do Jornal do DIA.

As implicações entre imprensa - consenso- e projeto político traduz em um olhar metodológico de matriz gramsciana sobre o Estado e sobre a forma relacional de poder existente na sociedade civil.

Desta forma, serão analisados como os interesses de classe foram defendidos nas publicações do jornal supracitado na relação entre imprensa local com a política agrária desenvolvida no "milagre econômico" durante o Governo Sarney.

Objetivamos também saber o movimento de construção, ou em termo gramsciano, da coletivização do projeto de progresso e modernização da agricultura pelas zonas de posicionamento e de silêncio estabelecidas pelo ingresso. Para tanto, verifica-se a atuação da imprensa local como sujeitos políticos e sua relação com as pautas da política agrária no estado do Maranhão nos anos de 1968-1970.

#### **3.1 Imprensa e História: apontamentos metodológicos**

A imprensa e seu uso como fonte histórica ganhou grande relevância no Brasil a partir da década de 1970 com a emergência de movimentos que contestavam a hierarquia de espaços e fontes pautados na pretensa categoria de verdade e neutralidade histórica.

No final dos anos de 1960 e início de 1970 os primeiros estudos gramscianos são organizados no Brasil<sup>54</sup>, e, por conseguinte suas análises conferirão grande contribuição

---

<sup>54</sup> As primeiras obras de Gramsci são traduzidas e publicadas no Brasil entre 1966-1968 sem sucesso editorial devido o recrudescimento político no Brasil e refluxo da liberdade de imprensa, sendo a literatura marxista alvo de censura. (GRSMSCI, 2014, p. 37).

para a compreensão da história política do Brasil a partir das categorias de *estado ampliado, sociedade civil, hegemonia, intelectual orgânico e aparelhos privados de hegemonia*<sup>55</sup>.

O Jornal do Dia será analisado a partir do conceito gramsciano de *aparelhos privados de hegemonia* podendo ser compreendido como espaços da sociedade civil organizados para o objetivo de disputas de programas políticos e formulação de projetos, ou seja, atua segundo a lógica de um partido<sup>56</sup> cuja "função é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual" (GRAMSCI, 2002 p.25).

A inserção teórica metodológica da imprensa como aparelho privado de hegemonia (que exerce a função de partido político) supera a concepção na qual tal espaço cumpre apenas um papel de extensão da dominação de Estado, ou seja, como esquemas de comunicação cujo principal objetivo seja "manipular" leitores para coordenar e guiar os interesses do Estado (interesses vistos com homogeneidade de classe), considerado como o único espaço de exercício de poder.

Outro extremo de interpretação da imprensa consiste na via liberal, segundo a qual a imprensa tem parcialidade e autonomia diante da sociedade, sendo encarada como o quarto poder. Essa interpretação compreende a atuação da imprensa com um mecanismo de vigilância dos poderes institucionais

Provém da imprensa liberal a ideia de Quarto Poder, proposta em 1928 na Inglaterra por Thomas Macauley. Esse poder estaria colocado acima dos conflitos sociais, a ponto de ser capaz de imparcialmente julgar os atos dos demais poderes. o caráter vigilante faria da imprensa um sensor que observaria e denunciaria eventuais irregularidades, o que seria feito em nome de toda sociedade (SILVA, 2005, p. 27).

A determinação sobre a imprensa como espaço autônomo não será privilegiado nesse trabalho. Se a imprensa desempenha um papel de sensor, no mínimo acreditamos que se refere à vigilância de uma classe para com outra. Em outras palavras, sendo a imprensa um aparelho privado de hegemonia e este produzido a partir de sua filiação social de classe, acreditamos que a linha editorial de um determinado impresso expressa essa posição de classe e interesse de uma classe sobre as outras.

---

<sup>55</sup> Ver o tópico 1.3 do presente trabalho.

<sup>56</sup> O partido político para Gramsci transborda a concepção tradicional de organização de classe. Gramsci é um dos principais críticos da concepção conservadora e burocrática do partido enquanto espaço hierárquico deliberativo de funções (no caso do da experiência italiana), sua crítica também recaí aos sindicatos. Portanto, compreendemos o partido não só núcleo organizador de classe, mas é o espaço de elaboração de um projeto político coletivo da experiência de classe em vias de nacionalização, podendo ser um jornal, uma associação, uma escola, um instituto de pesquisa e etc. (GRAMSCI, 2001)

Assim, o jornal pode ter múltiplos espaços em sua estrutura física: notas, propagandas, colunas assinadas, editorial e etc. Essa pluralidade não reflete necessariamente a pluralidade de linha ideológica do jornal. Portanto quando nos referimos ao posicionamento do jornal estamos evidentemente falando dos editoriais-espaços não assinados do jornal - permitindo uma margem de acerto referente às posições institucionais defendidas no e pelo impresso.

Há uma unidade em torno do qual se cria um órgão de imprensa. Ele não existe para expressar toda e qualquer posição, mas aquelas que se afinam entre si mesmo quando nele existam espaços para expressões de posições contraditórias [...] como qualquer partido, o jornal não escapa de contradições internas e também de conflitos permanentes que a realidade lhe coloca. (SILVA, 2005, p. 31-32)

Assim, o jornalismo e a imprensa aqui são compreendidos como formas particulares de construção e fiscalização de um determinado programa socioeconômico e cultural. Em linhas gerais, a imprensa é um partido político atuando como organizador da vontade coletiva para nacionalizar um determinado projeto ou “para organizar e difundir determinado tipos de cultura”<sup>57</sup> (GRAMSCI, 2001, p.32).

### **3.2 O Jornal do Dia e a Política Agrária em vias de consenso**

O Jornal do Dia<sup>58</sup>(JD) consistiu em dos principais impressos de circulação no estado. Hoje ele é conhecido, depois das negociações de compra e venda pelo Governador (1965-1970) José Sarney, como o jornal "O Estado do Maranhão".

O JD, desde a sua criação, sempre se mostrou um impresso diretamente ligado a classe empresarial. Em 1959 foi comprado pelo Deputado Alberto Aboud que, além de exercer o cargo de presidente do PTB no Maranhão, foi empresário ligado às Federação da Indústria do Maranhão<sup>59</sup>.

Maria de Fátima Galvão, em dissertação sobre a atuação do JD e as políticas do "Milagre Econômico", salienta que o Jornal do Dia tinha uma postura de diálogo com as Reformas de Base, o que é evidenciado pela origem partidária de Alberto Aboud. Mas

---

<sup>57</sup> O conceito de cultura para Gramsci diz respeito às diversas formas de visão de mundo derivadas da relação entre o político e o econômico, ou seja, constituindo um espaço de disputa, não sendo portanto uma relação secundária ou mero reflexo de uma estrutura econômica."Cultura, para Gramsci, compõe-se do conjunto dos projetos e visões de mundo – pautados por valores, crenças e autopercepções de indivíduos e grupos sobre seu lugar social– desenvolvidos por cada classe ou fração, em permanente disputa" (FONTES e MENDONÇA, 2012, p.63)

<sup>58</sup> Utilizaremos a sigla JD para se referir a partir daqui ao Jornal do Dia

<sup>59</sup> A família Aboud teve tradição empresarial no Maranhão desde participações ativas na Companhia do Comercio do Maranhão e posteriormente na FIEMA (Federação de Indústrias e Empresas do Maranhão).

que após o Golpe de 1964, tal postura é abandonada em virtude da segurança e continuidade do próprio jornal. Em 1966, o JD é comprado pelo Governador José Sarney. A partir de então, o editorial se voltaria para a campanha dos méritos do próprio Governo em uma mistura entre o interesse privado e público. O editorial se confundia com as próprias agências de Estado.

O diretor Alberto Aboud foi advertido pelos militares sobre sua postura tomada perante a crise político-militar e a partir de então o jornal cessa as críticas aos militares para, num primeiro momento mostrar-se esperançoso pelo menos quanto a realização dos objetivos do novo governo [...] Em setembro de 1966, começa uma nova etapa na história do Jornal do Dia, pois é comprado pelo então governador do Maranhão, José Sarney, e torna-se claramente defensor das ações do governo local. Depois de passar alguns dias fora de circulação, ao retornar, o jornal não fez nenhuma manchete chamativa sobre o assunto. (GALVÃO, 2006, p.28)

Enquanto estrutura do impresso, a mudança de proprietário não resultou em modificações estéticas ou mudança de padrão na elaboração do jornal continuando ser um impresso com discussões políticas variando entre os estilos opinativo e informativo de circulação diária. O editor chefe do jornal passou ser o escritor Bandeira Tribuzzi. Importante observar que o impresso mudou sua abordagem e posicionamento frente à política local.

A partir de então, o jornal é redirecionado para o apoio irrestrito à Ditadura Civil Militar e às políticas do Governador Sarney, com o objetivo de mostrar a íntima relação entre o governo federal e estadual.

E assim, num momento difícil do mundo, nós devemos, como brasileiros, louvar a índole democrática das Forças Armadas do Brasil, e compreender que no momento em que elas têm que tomar medidas de exceção, tem como objetivo maior, os objetivos da ordem, da tranquilidade do futuro e da liberdade do povo brasileiro. Com este objetivo, como esta determinação nós podemos aqui reunidos neste lado do Maranhão evocar a figura do Marechal Castelo Branco como um homem retilíneo, com uma personalidade lapidada que soube olhar o Brasil no seu futuro, soube construir o presente, e sobretudo sempre soube que, acima das obras materiais estão as decisivas obras espirituais que constituem a vocação humana e cada um de nós. (Discurso do Governador, **Jornal do Dia**, São Luís, 23.08.1968, p.5)

A publicação da matéria é ocasionada pela inauguração de um prédio para uso de oficiais do exército. Na mensagem (publicadas frequentemente pelo JD) o Governador Sarney expõe a força como legitimadora de um futuro de tranquilidade, não por acaso, em dezembro do mesmo ano, é decretado o AI 5.

O JD quando faz referência ao governo de José Sarney utiliza a denominação de "Maranhão Novo", fazendo alusão ao governo do progresso, do desenvolvimento e da modernização conjugados com "justiça social". A cada ano o jornal realiza seções comemorativas do Governo com um balanço das obras e a insistência na relação entre Sarney com o Governo Federal. A partir de 1968 o direcionamento é feito em apoio às políticas econômicas do "milagre econômico"<sup>60</sup>.

#### POVO CONSAGROU GOVERNO SARNEY

Referindo-se ao terceiro aniversário do Governo Sarney, o deputado Henrique La Roque declarou aos jornalistas que os festejos de ontem foram uma consagração [...] Outros depoimentos. O deputado padre Medeiros Neto, representante de Alagoas na Câmara Federal, "o Governo Sarney está praticando aquela ousadia calculada de que o Brasil tanto carece para vencer as suas etapas de desenvolvimento". O parlamentar mineiro veio a São Luís, juntamente com padre Medeiros Neto, para representar a Câmara dos deputados nos festejos comemorativos do segundo aniversário do Governo José Sarney. (**Jornal do Dia**, São Luís, 02.01.1968, p.2)

O impresso é enfático no título da notícia: "Povo consagrou" expressando mais que a própria informação, mas construindo a ideia de "aprovação" do povo para com o novo governo. Em 31 de janeiro de 1968, foi publicada uma reportagem sobre as grandes vitórias do governo contra o "atraso" do Maranhão: "*Dois anos de vitória do Maranhão: o povo e o governo vencem a batalha do progresso*". A reportagem expõe os termos "jovem político", "consciência do progresso", "vencer o subdesenvolvimento" e quase como uma teologia do progresso exalta as formas pelas quais são direcionadas as políticas econômicas do estado.

Em 1969, o Jornal do Dia tem como diretor o Deputado da ARENA, Arthur de Carvalho, eleito em março de 1969 como presidente da Assembleia Legislativa do estado do Maranhão. A relação entre aparelho privado de hegemonia e segmento direto do Estado Restrito faz parte da tradição deste jornal, o dono é o próprio Governador e o diretor um aliado político.

---

<sup>60</sup> Em 1970 é publicado na revista veja a matéria sobre o avanços do Governo Sarney, este, segundo a edição da Veja realizou o milagre do Maranhão. Também em 1970 é lançado o fragmento cinematográfico "*O Milagre do Maranhão*" do cineasta romeno Isaac Rosenberg feito por "encomenda" do Governador Sarney. O filme faz parte da série "Coisas do Brasil" - documentários produzidos no período de 1964 a 1985, para propagar administração dos militares e como estes produziram um governo que em aliança com estados desempenhou políticas de modernização do país. O Milagre do Maranhão: direção geral - Isaac. Rozenberg. Laboratório:Rex Líder. Rio de Janeiro: 1970.

O JD busca, através da organização de suas matérias, enfatizar a Política Nacional, tema que quase sempre é a principal notícia do impresso. Em seguida, são dispostas as notícias estaduais ligadas a economia e política organizadas da seguinte forma: a) em sintonia com alguma decisão federal b) relatório das agências e atuação dos agentes estaduais- onde estão localizadas as principais notícias sobre a política agrária c) relação entre Sarney e o presidente. Esta última procura construir a ideia de *esforço* do governador em trazer ao Maranhão "*os ventos do progresso*" através das relatorias de viagens constantemente publicadas no JD, da percepção de reconhecimento dos agentes externos ao "empenho de José Sarney" e na insistência da proximidade entre o presidente e o governador. As últimas páginas do impresso remetem à segurança pública, tema exposto sempre como "caso de polícia" e em seguida o caderno de esportes.

Quanto a política agrária, interesse maior desse trabalho, a tônica é a mesma: "modernização da agricultura". É disponibilizado, a partir de maio de 1969, um espaço mensal para a divulgação da atuação da SUDEMA anexado no Jornal do Dia: *Cadernos. Sudema - Maranhão Novo Notícias*. As prioridades do periódico mensal é divulgar as atuações do Governo Estadual nas áreas de infraestrutura, indústria e agropecuária. O *caderno* divulgado no JD de 25 de maio de 1969, apresenta as seguintes manchetes: "Governador José Sarney estimula a Agropecuária"; "A agricultura Maranhense se desenvolve com auxílio da SUDENE"; "Estudo no Setor Primário da Economia Maranhense". Sobre essa última notícia o caderno mensal informa

Quando no estado do Maranhão, dos técnicos da FAO deliberaram o Conselho Estadual de Agricultura com aprovação do Secretário de Agricultura, Sudema, Escritório da Sudene, Banco do Brasil, Basa e Federação da Agricultura construir cinco equipes com assessoramento de técnicos colocados à disposição dos órgãos ligados ao setor agropecuário do Estado para realizar estudos do setor primário da economia maranhense. (Setor Primário da Economia Maranhense **Sudema- Ano I 05.1969**. Jornal do Dia, São Luís, 25.05.1969).

A política agrária é abordada pelo JD como sinônimo de progresso e tecnicização do campo. O editorial funciona um como canal de divulgação da política governamental não destoando suas posições, opinando relativamente de forma homogênea a respeito da relação entre Estado e agricultura.

No ano de 1969, é criado um espaço, não assinado, de discussões e divulgação sobre tendências da agropecuária chamado de *Atualidades Agropecuárias*. Nesse espaço



são apresentadas informações de caráter técnico sobre o campo como tipo de capim, tendências de plantio, características de rebanho, características de grãos e etc. Tais temas são apresentados como recomendações da FAO, órgão ligado às Nações Unidas sobre alimentação e agricultura mundial. O espaço é claramente destinado ao "criador de gado" e às grandes lavouras.

O JD é compreendido, pelas relações de propriedade do jornal, espaço onde o consenso em torno das políticas ligadas ao Governo do Estado é forjado. Se por algum motivo houve graus de heterogeneidade no impresso sobre o golpe, a censura, como aponta Maria de Fátima Galvão<sup>61</sup>, esse comportamento não é verificado no período em estudo. Há, em relação a política agrária, uma defesa das agências e agentes que atuavam no Estado restrito e sociedade civil. Assim, como uma tentativa explícita de construção de consenso em torno do projeto agropecuário e agroindustrial de modernização do campo.

Os interesses de classe são defendidos como interesses públicos. As notícias sobre a Federação da Agricultura do Estado do Maranhão, Cia Agropecuária Agropema<sup>62</sup>, - entidades patronais ligadas a pecuaristas- e Conselho Estadual de Agricultura<sup>63</sup> são construídas a partir de uma ótica nacionalização de projetos políticos.

Esse importante programa de trabalho iniciado pela Sudene com assessoramento da FAO/ONU em todos estados do Nordeste terá como base um estudo integral da agricultura estadual[...] Participará dessa importante reunião representantes dos seguintes órgãos: FAO/ONU, Divisão de Programação do DAA-SUDEMA, Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Basa, DAC-SUDEMA Federação da Agricultura do Estado do Maranhão. Nos próximos 15 dias estarão chegando a São Luís representantes da Sudene para dar início, em

<sup>61</sup> Referência ao estudo de caso sobre o Milagre no Maranhão, em que a autora afirma que nos momentos iniciais do Golpe houve tentativa de resistência do impresso em estudo. GALVÃO, Maria de Fátima da Silva. **A Cobertura do Milagre Econômico Brasileiro no Jornal do Dia (1968-1973): um estudo de caso**. Dissertação de Especialização em História do Maranhão. UEMA. São Luís, 2006. p. 27-28.

<sup>62</sup> A Agropema foi fundada em 1965 pelo ex-deputado Raimundo Emerson Bacelar. A Cia Agropecuária do Maranhão (Agropema) anos 1960 e 1970, foi detentora do maior plantel de gado nelore puro do Norte e Nordeste. Raimundo Bacelar nasceu no povoado de Currealinho, hoje município Coelho Neto-Maranhão, filho do grande proprietário de terra Duque Bacelar. Raimundo Bacelar foi deputado nas décadas de 1950 e 1960. Atuou diretamente na defesa dos interesses da agroindústria, agropecuária e sistemas de comunicação no Maranhão. Em julho de 1964 inaugurou a Usina Itapirema, empreendimento industrial de produção de açúcar. Foi um dos proprietários da CEPALMA (Celulose e Papeis do Maranhão. S/A) empresa familiar inaugurada em 1973 e beneficiada pelos recursos da SUDENE como aprovação do projeto de instalação em 1968, um dos maiores empreendimentos do Maranhão durante a primeira metade década de 1970. Foi proprietário e fundador do grupo de comunicação Difusora. Nas décadas de 1970 e 1980 atuou nas agências financeiras BANESPA- Seguros e BNDES. Em 1988, foi nomeado presidente da Mineração Rio do Norte. Fontes **Meio Século de TV Difusora no Maranhão receberá homenagem em Brasília**. Disponível em [www.psd.org.br](http://www.psd.org.br) **Emoção marca cerimônia de despedida do ex-deputado Raimundo Emerson Machado Bacelar**. Disponível em: [portalgaditas.com.br](http://portalgaditas.com.br) Acesso em 20.07.2015.

<sup>63</sup> Agência estadual ligada ao Ministério da Agricultura.

coordenação aos órgãos locais ao importante trabalho de relevante importância para todo o planejamento e desenvolvimento do Setor Primário do Maranhão. (**Agricultura do Maranhão será estudada e planejada com ajuda da FAO/SUDENE**. Jornal do Dia, São Luís, 05.04.1969.)

As agências que atuaram na definição do planejamento mantêm ligações diretas na expansão da agropecuária. A Federação da Agricultura citada pelo jornal é presidida por Oswaldo da Costa Nunes Freire, diretor da empresa Agro Pastoril Iguará/SA - Vargem Grande, beneficiada posteriormente pela SUDENE. O JD expõe claramente sua perspectiva em relação ao programa acima.

Segundo a perspectiva do jornal, o trabalho citado é de "relevante importância" e reafirma se tratar de uma aliança para além das estruturas estaduais, pois envolve a participação de um órgão das Nações Unidas como bem sugere o título da matéria.

Em 06 de maio de 1969, o jornal apresenta a seguinte manchete: *Agropecuária do Maranhão e Piauí tem prioridade na Sudene*. É disponibilizado na íntegra a resolução do então superintendente da SUDENE, Joaquim de Oliveira Filho que beneficiará a aplicação projetos agropecuários<sup>64</sup>.

A cada posicionamento do jornal é refletido o grau de relevância que a pecuária tem para o desenvolvimento do Maranhão. Esse projeto é colocado como uma via emergencial para as políticas agrárias do governo estadual. Palavras como "relevância" "importância", "desenvolvimento agrário", são sugeridas ao leitor dando ao projeto de expansão da agropecuária um caráter de programa político extraordinário para o campo.

Não é utilizado o termo latifúndio para ao grande proprietário de terras, o JD utiliza a denominação "empresa agrícola", "empresa agropecuária" ou mesmo "produtor rural". Sabemos que essa estratégia é revestida por uma noção de ocupação moderna do campo camuflando o aspecto reacionário em torno do *grande fazendeiro*, dissociando-o de elementos retrógrados, mas, e sobretudo, construindo uma nova identidade de classe dos grandes proprietários que se recusam a enxergar-se enquanto latifundiários. Esse movimento não é isolado, mas já previsto desde o Estatuto da Terra que estabelece critérios de diferenciação do latifúndio e cria a categoria *empresa rural*

Sob a ótica política e social, a instauração da empresa agrícola deveria ocupar um espaço privilegiado no seio das novas categorias jurídicas em construção. A empresa rural não poderia conter o mesmo estatuto do latifúndio ou minifúndio, tampouco uma definição similar ao da pequena propriedade de exploração familiar. A empresa não seria,

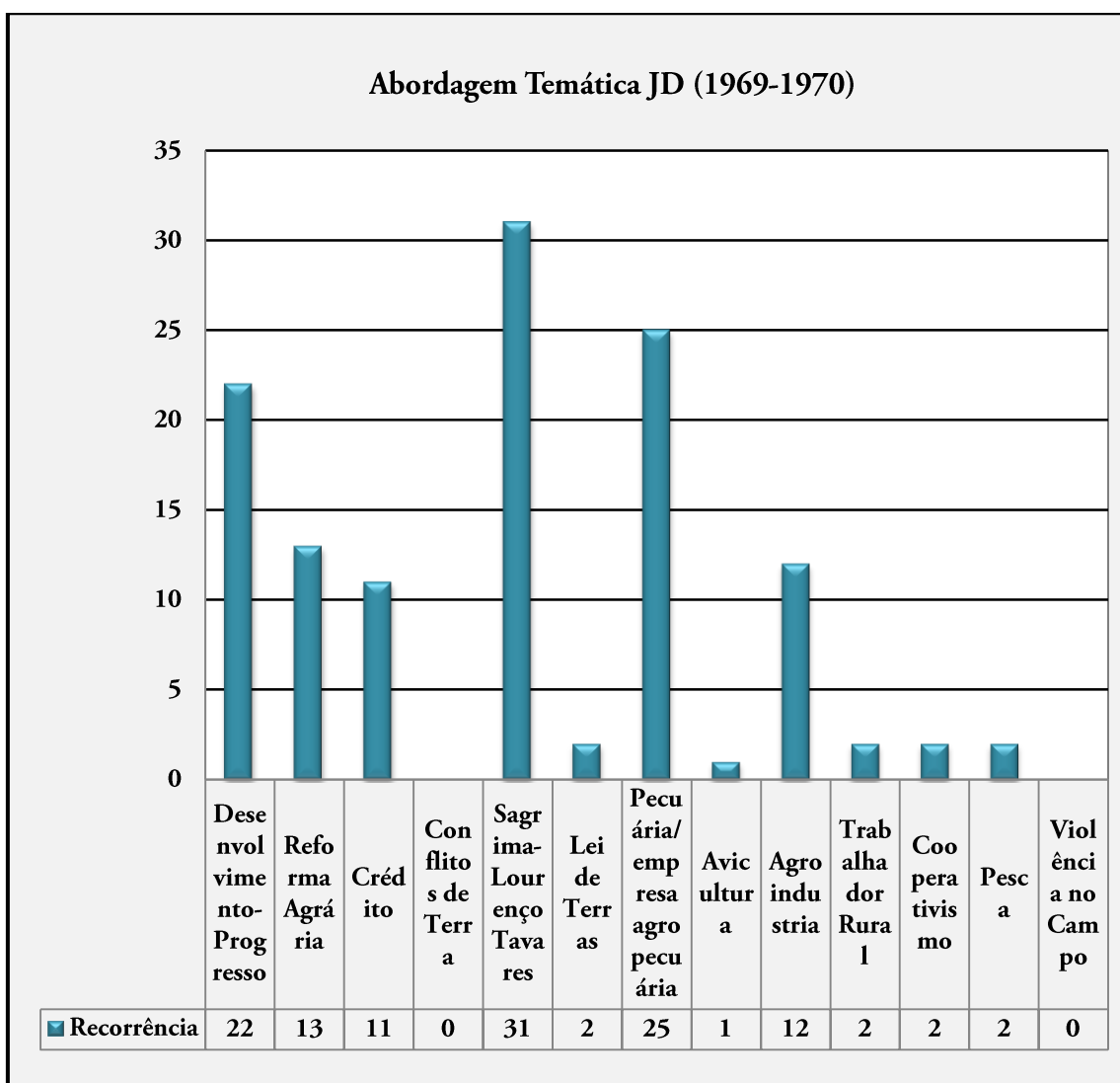
---

<sup>64</sup> Ver Gráfico I do Capítulo 2.

además, um mero espaço de produção, mas sim, a expressão de novos corpos sociais e políticos. (MENDONÇA, 2010, p. 52)

Sobre a seletividade das notícias referente ao meio rural há um privilégio temático no Jornal do Dia que traduz os interesses de classe do impresso e sua atuação como sujeito coletivo em defesa do modelo de política agrária voltada para a pecuária generalizada pelo termo "setor primário", ou "empresa agropecuária". O gráfico abaixo expressa os privilégios temáticos do Jornal do Dia a respeito das políticas agrárias no Maranhão.

**Gráfico III** Abordagem temática do JD - Agricultura (1969-1970).



**Fonte:** Gráfico de elaboração própria a partir do Jornal do Dia (1969-1970), São Luís. Biblioteca do Estado do Maranhão.

O total de matérias e reportagens catalogadas corresponde a 123 (para execução Gráfico III) nos períodos de 1969 ao primeiro semestre de 1970. Temas como atuação da SAGRIMA e de seu secretário, Lourenço José Tavares, representam aproximadamente 25% das abordagens sobre a política agrária. Em seguida, está a Pecuário-Agropecuária com 20,17% e as abordagens que remetem ao progresso e modernização, 17,75%.

A Lei 2979/69 (Lei de Terras Sarney) foi mencionada pelo impresso pela primeira vez em 14 de novembro de 1969. A matéria fala sobre uma palestra ministrada pelo Secretário da Agricultura, Lourenço Tavares ao corpo de oficiais do 24º BC a convite do Coronel Audízio Siebra de Brito.

Na oportunidade o Dr. Lourenço Vieira discorreu acêrca de vários aspectos conjunturais da nossa agropecuária, mostrando, através de quadros e gráficos o que encontrou ao assumir a Pasta e dizendo o que já foi feito no sentido de modificar em parte o comportamento da setor primário da nossa economia, que corresponde 80% da renda gerada em nosso estado[...] o Dr. Lourenço disse que tudo que foi realizado "so foi possível graças a Reforma Administrativa da Sagrima, à nova lei [...] e a política de Preços Mínimos. **(Lourenço expõe trabalhos da Agricultura no 24 BC. Jornal do Dia, São Luís, 14.11.1969)**

Na notícia acima, não é esclarecida a razão pela qual se deu a exposição do secretário ou quais os objetivos da palestra. Aqui, percebe-se a dubiedade do termo “*setor primário*”, pois em outros momentos o termo é utilizado para designar a agropecuária e tão somente ela.

A Lei de Terras/1969 é novamente mencionada em 31 de dezembro de 1969 com o tema "*Governo Regulamenta Lei de Terras para Desenvolvimento Agrário*". Na ocasião é publicado trecho de falas oficiais sobre os objetivos proposto na lei. Outra menção a lei é feita em 1970, quando são transcritos os termos da lei para apresentar os critérios para a aquisição de terras públicas na reportagem intitulada *Concorrência Pública para a cessão de Terras do Estado* (Jornal do Dia, 31.01.1970 p.3).

Ao somarmos esse quantitativo, os três temas mais citados (Sagrima; Agropecuária; Desenvolvimento-Progresso) representam 62,92% das abordagens do Jornal do Dia sobre a questão agrária no Maranhão. O que pode parecer uma conta aleatória, não o é. Ao compararmos a Lei de Terras/1969, hoje grande referência para o

debate sobre a questão agrária no Maranhão, sua abordagem pelo Jornal o Dia corresponde 1,63% dos interesses temáticos do impresso em questão.

Podemos observar qual a objetividade temática que o impresso deseja alcançar. Em nenhum momento é levantado o debate sobre a problemática da concentração de terra no Maranhão. Não há referência sobre os conflitos de terras ou mesmo sobre violência no campo. Lembramos que esse período é marcado por fortes conflitos no Maranhão que envolviam posseiros, latifundiários, pequenos proprietários, grileiros e outras categorias rurais pela disputa de terras que não são referenciadas pelo jornal no período em destaque.

A construção do silêncio acerca dos enfrentamentos e organizações de classes em disputa pela terra faz parte da estratégia de consenso sobre um modelo de reforma agrária, que não abarcava interesses de democratização fundiária.

O silêncio e a ausência de experiências coletivas que reivindicavam outras alternativas para estrutura fundiária são zonas de posicionamentos do impresso e traduzem o *locus* de atuação do Jornal do Dia enquanto aparelho privado de hegemonia que objetivava coletivizar um determinado projeto de classe pautado na concentração fundiária e expansão da agropecuária também através da invisibilidade dos sujeitos envolvidos nas disputas fundiárias no Maranhão.

A respeito das “Reformas Agrárias” presentes no editorial, no mínimo os conceitos são distintos. Há momentos em que reforma agrária é sinônimo de colonização, outras de distribuição de títulos, de mecanismo de aceleração do desenvolvimento ou simplesmente a referências ao modelo de Reforma Agrária aplicado no Peru<sup>65</sup>.

O comentário do jornalista Carlos Cunha publicado em 04 de junho de 1969, sobre Reforma Agrária apresenta um conceito reformista de elogio ao modelo executado pelo presidente Costa e Silva não sendo tecnicamente a “opinião” do jornal por se tratar de uma matéria assinada, mas contem elementos interessantes para a exposição.

O assunto dominante no Brasil é a reforma agrária que o governo Costa e Silva acertadamente acelera à política de implantação[...]  
Entendo por reforma agrária a política que visa melhores condições ao homem do campo ou que tem por objetivo o aperfeiçoamento cultural do homem [...]

---

<sup>65</sup> As reformas administrativas no Peru são as principais críticas do colunista e comentarista do Jornal do Dia, Paulo Nascimento Moraes.

Essa reforma agrária, no entanto, não deve ser feita em termos poéticos. Uma legislação distributiva de terras não basta.

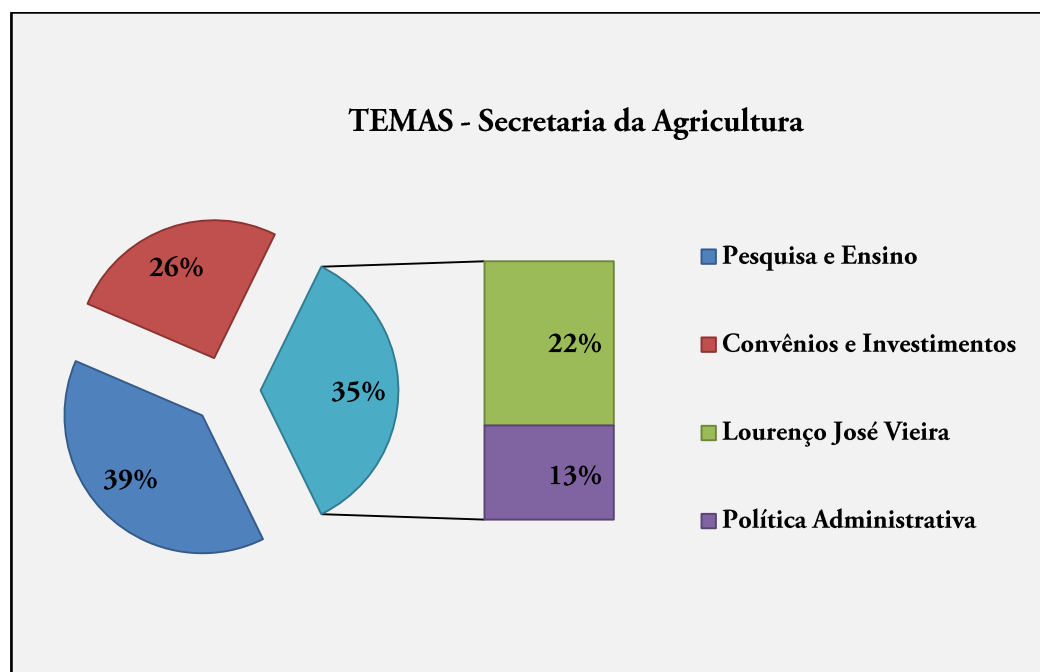
A preocupação não deve ser a de tirar de quem tem muita terra e de dar a quem não tem, quando a reforma para ser feita exige outras providências.

Acredito que a reforma agrária que pretende fazer o presidente Costa e Silva, atinja seus objetivos. Principalmente o da valorização do homem e do desenvolvimento do meio rural.( CUNHA, Cunha. **Reforma Agrária**. Jornal do Dia. São Luís, 04.06.1969.)

O tema reforma agrária é mencionado como um aspecto diretamente ligado à estrutura fundiária estadual, aparecendo somente uma vez, em 11 de março de 1970 na seguinte manchete: *Sagrima distribui 5000 títulos de propriedades rurais este mês*. As outras recorrências sobre reforma agrária dizem respeito às discussões nacionais com um caráter de exterioridade e distanciamento frente às problemáticas locais e deslocadas às políticas agrárias defendidas pelo impresso.

A respeito da atuação da Secretaria da Agricultura (Sagrima), podemos afirmar que a ótica do Jornal do Dia é conferir o aspecto modernizador das políticas do campo.

**Gráfico IV** Distribuição temática sobre a Sagrima (Jornal do Dia) 1969-1970.



**Fonte:** Jornal do Dia (1969-1970), São Luís. Biblioteca do Estado do Maranhão.  
Elaboração Própria

O Gráfico acima nos localiza sobre o que era noticiado a respeito da Secretaria de Agricultura. Notadamente três temas se destacam: a) Pesquisa e Ensino; b) Atuação do secretário da Agricultura Lourenço José Vieira; c) Política Administrativa. Essa

tríade temática está em sintonia com o que é divulgado sobre as modificações do campo maranhense no Governo José Sarney: racionalidade, planejamento e modernização.

Nas matérias e reportagens sobre a Secretaria da Agricultura, há a predominância do desenvolvimento de políticas voltadas ao ensino e pesquisa na agricultura. São divulgados cursos e centros de pesquisas. Em *Sagrira vai promover pesquisas e experiências Agronômicas* (Jornal do Dia, 27 de abril de 1969) é exposto o esforço da Secretaria na promoção da profissionalização e incentivo a pesquisa em campo de interesse do desenvolvimento do estado.

A inauguração do Centro de Pesquisa, em janeiro de 1960, também é referenciada pelo jornal como um grande acontecimento para o desenvolvimento da agricultura. É adotado pelo jornal uma linguagem técnica na confecção da informação.

O Centro de Pesquisa tem como objetivo realizar a análise no campo da Agricultura, Pecuária e de Recursos Naturais [...] A Secretaria da Agricultura pretende promover um completo levantamento das principais zonas agrícolas do Estado para determinar o potencial de hidrogênio do solo. (**Sagrira vai inaugurar Centro de Pesquisa dia 1º**. Jornal do Dia. São Luís, 30.01.1969).

O Jornal do Dia enfatiza o espírito de iniciativa da Sagrima, a setorização das discussões a partir da construção do discurso de legitimidade profissional na emergência da autoridade de uma nova formação técnica no planejamento estadual e na atuação de novos agentes na condução da agricultura do estado através de especializações promovidas pela Secretaria. Na matéria "Sagrira Promove Curso: Pasticultura" novamente são acionados os profissionais das áreas mencionadas acima e a relevância social do evento. (Jornal do Dia 18.03.1970).

O jornal adota a linguagem das próprias áreas de conhecimento referidas na matéria e estimula o consenso da excepcionalidade dos trabalhos da Sagrima do "êxito das políticas agrárias", dos "esforços de integração" e "resultados excepcionais".

O objetivo desse curso é capacitar o corpo técnico de Engenheiros Agrônomo e Médicos Veterinários pertencentes a vários órgãos ligados ao setor agropecuário de nosso Estado [...] A finalidade precípua da preparação desse pessoal no nível superior é a formação de especialistas em assuntos ligados a forrageiras e trincheiras, principais fatores que vêm dificultando o crescimento da nossa pecuária. Com êxito alcançado pelas *Exposições Agropecuárias* levadas a efeito nos dois últimos anos no Estado o índice de crescimento da pecuária, no que tange a qualidade de rebanho, levou a Sagrima a encetar a campanha de melhoria das pastagens [...] Daí ter a Secretaria de agricultura do Maranhão entrado em contato com a SUDENE para, através de convênios, desenvolver um programa

intensivo de formação de pastagens e trincheiras cujo os resultados tem alcançado índices excepcionais. (**Agrônomos e Veterinários terão curso de Alto Nível: SAGRIMA**. Jornal do Dia. São Luís, 27.02.1970).

O JD claramente opina sobre a atividade promovida pela Secretaria e novamente reforça os termos "curso de alto nível" para se referir às promoções da Sagrama e do evento em destaque

A Secretaria de Agricultura em convênio com a Sociedade do Engenheiros Agrônomos do Maranhão promoverá dois cursos de alto nível, a partir de 28 de abril, para profissionais de grau universitários ligados nas áreas de suinocultura e bovinocultura leiteira. (**Secretaria de Agricultura promove curso de alto nível**. Jornal do Dia 20.04.1969)

Também interessante perceber como as Exposições Agropecuárias são concebidas como espaços de socialização de resultados de interesses de um determinado grupo (privado), porém defendidos enquanto interesses coletivos (atuação de políticas públicas no financiamento e promoção das atividades) quando na verdade corresponde a um espaço de exercício e sociabilidade de poder de classe: grandes proprietários; agropecuários; agronegócio; agências financeiras.

Foi encerrada com êxito, em Pinheiro, a II exposição agropecuária da Baixada Maranhense patrocinada pela Associação dos Criadores de gado da Região contando com total apoio técnico e financeiro da Secretaria de Agricultura do Estado.

A mostra contou com a participação de reprodutores de matrizes bubalinos das raças Jafaraba, Murra , entre outros[...]

Por outro lado, o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia marcaram sua presença no certame, financiando a aquisição de reprodutores além de máquinas e motores agrícolas. (**II Exposição Agropecuária de Pinheiro**. SUDEMA ano I, Jornal do Dia, 24.10.1969)

A partir do segundo semestre essa perspectiva de planejamento e de racionalização das políticas do campo é ensejada pelo JD devido a publicização da inauguração da Escola Superior de Agronomia.

Já foi publicada no Diário Oficial a Lei aprovada pela Assembleia legislativa e sancionada pelo Governador e José Sarney criando a Escola de Agronomia do Maranhão instituição de ensino destinada à formação de engenheiros agrônomos , assim como aos estudos e pesquisas tecnológicas , econômicas e sociais correlacionadas a agronomia. (**Já foi criada a Escola de Agronomia do Maranhão**. Jornal do Dia. São Luís, 14.12.1969)

Cabe a Escola de Agronomia promover e estimular o estudo científico e pesquisa especialmente como os problemas de interesse regional, no que diz respeito a área agrônômica. (**Criada a Escola de Agronomia**. **Jornal do Dia**. São Luís, 25.12.1969).



É enfatizado o caráter de autoridade dos agrônomos, o novo modelo de profissional torna-se reflexo do progresso. Nesse sentido, o Jornal do Dia é cada vez mais entusiasta em relação a Escola de Superior de Agronomia.

O Governador José Sarney assina o decreto nomeando o Dr. Lourenço Vieira da Silva, Secretário da Agricultura para as funções de Diretor da Escola de Agronomia do Maranhão que funcionará dentro do novo padrão de ensino universitário e terá em seu currículo a parte básica até o terceiro ano; findo o qual o aluno optará pelas seguintes diversificações profissionais: fitotécnica, zootecnia, engenharia rural e economia agrícola. (**Governador Nomeia Diretor da Escola de Agronomia**, Jornal do Dia. São Luís, 09.01.1970).

Sonia Regina Mendonça afirma que o Estado no Brasil assume as características de maior incentivador e financiador do processo de tecnicização do ensino agrícola. É bem verdade que a autora traça sua análise para ensino agrícola da I República, mas nem por isso, algumas características com o Maranhão das décadas de 1960 e 1970 deixam de ser percebidas<sup>66</sup>, a intervenção estatal é só uma delas

Nas propostas de ensino agrícola integrantes da amostra estudada, um agente especial merece relevo, distintamente do ocorrido nos casos francês e norte-americano: o Estado. A ele, em seus vários níveis, caberia a instauração desses projetos, definindo-se como elemento padronizador das práticas das práticas a serem fomentadas. Sob sua tutela concebiam os diversos centros preparatórios dos técnicos, os mais variados, cuja demanda, também a ele caberia criar, traduzindo uma expectativa de imposição de novos padrões e valores com abrangência nacional. Em sua esteira a relação necessária entre progresso agrícola e técnicos, assim como aquela entre ambos e ordem social [...] Desta ótica, a afirmação dos agrônomos corresponderia à consolidação, embrionária no Brasil, de novos intermediários entre as diferentes frações da própria classe dominantes, cujo investimentos fossem mais ou menos diversificados (MENDONÇA, 1997, p 94-95).

A teoria da ação prática de Bourdieu (2011), ajuda-nos a entender a dimensão da importância da incorporação dos agrônomos (agronomia) nas esferas de planejamento da política estadual<sup>67</sup>. A inserção desse *saber* corresponde a construção do *habitus* que gradamente aumenta a posição de determinado grupo intelectual na esfera estatal na

<sup>66</sup> Lembremos que se trata da segunda experiência de Ensino Agrícola do Maranhão, a primeira remete ao Governo de Paulo Ramos.

<sup>67</sup> A sugestão da compreensão do processo de hegemonia da agronomia e sua inserção na história política brasileira advém da historiadora Sonia Regina Mendonça, sua obra **Agronomia e Poder Brasil** expõe os processos de origem da agronomia na I República e das formas de atuação de um determinado saber no processo e definição das políticas agrárias. Trata-se de um trabalho social e político a respeito do campo de atuação profissional e cultural do agrônomo. Metodologicamente a autora aborda a questão a partir de uma leitura de Gramsci e Bourdieu. MENDONÇA, 1998, p.12. As diferenças teóricas e conceituais entre Gramsci e Bourdieu é apresentado pela historiadora no trabalho em coautoria com Virgínia Fontes. MENDONÇA e FONTES, 2012. p.55-71.

estrutura da classe dominante. O momento das relações de construção do *habitus* é compreendido como

[...]sistema das disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa posições determinadas na estrutura de classe dominante. (BOURDIEU, 2011. p.191)

A partir dessa ótica as atuações desses agentes não acontecem de forma autônoma, mas direcionados - e diretores - a fim de construir um campo de atuação dentro de uma lógica histórico social onde suas ações-saber detêm apropriações nas estruturas de dominação.

Lourenço Vieira Tavares (sua atuação na ossatura material do Estado já foi abordada no capítulo anterior, assim como seu papel como elaborador e condutor do projeto de modernização da agricultura maranhense via agroindústria e agropecuária) merece destaque e quem o dá é o editorial em estudo. O secretário é diversas vezes homenageado nas Exposições Agropecuárias e nas entidades de classes de grandes proprietários no interior do Estado. O Jornal do Dia e seu trato para com o secretário reforçam a ideia de construção em torno da sua competência administrativa, criatividade e espírito de iniciativa.

A seletividade presente no JD a respeito das políticas voltadas para a agricultura esclarece e traduz a atuação desse impresso enquanto partido político no sentido que: planeja, formula, atua, e convence segmentos da sociedade civil para adesão de uma proposta de classe. Sob a utilização de termos como “interesse comum”, “desenvolvimento do Maranhão” “milagre econômico” “modernização do campo”, “moderno produtor rural” projetos privados de classe são construídos como projetos coletivos.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração do presente trabalho as comunidades tradicionais do Maranhão ocuparam o INCRA-MA na tentativa de resoluções sobre o reconhecimento de posse e demarcação de suas terras<sup>68</sup>. Paralelamente polos industriais no Sul do estado concentram áreas enormes para as plantações de soja. No Oeste do Maranhão, ao invés do poetizado babaçu, os “magrelos” caules de eucalipto formam corredores extensos e estreitos. Da Baixada ao Mearim: sobra pasto!

Toda essa situação se desenvolveu no Maranhão graças à intervenção estatal e a partir de políticas públicas que coletivizaram um projeto específico de classe através transformações da Questão Maranhense na década de 1960.

Nos anos de 1968 a 1970, torna-se possível a execução do “milagre econômico” devido ao autoritarismo do Executivo através dos Atos Institucionais. O planejamento racionalizado que faz parte das reformas estatais da Ditadura Civil Militar abrem os caminhos para uma política econômica beneficiada pela excepcionalidade de uma estrutura política (autoritarismo exacerbado) e pela ideia progresso.

A tese que perpassa esse trabalho é que o processo de hegemonia do latifúndio no Maranhão foi possível graças: a) aliança entre Governo Federal e Governo Estadual; b) às reformas administrativas nos setores da *legislação, crédito e ensino*; c) a presença de agentes ligados diretamente à fração da classe ruralista agropecuária na ossatura material do Estado (espaço onde as políticas públicas são elaboradas); d) atuação da imprensa na construção do consenso em torno do projeto agropecuário e agroindustrial.

A conjuntura de elaboração e aplicação da Lei 2979 - Lei de Terras- de 1969 ambos no Governo José Sarney (1966-1970), a criação da Escola Superior de Agronomia com participação ativa do Secretário de Agricultura (1966-1974) Lourenço José Tavares Vieira da Silva reforçam a conclusão de que os anos de 1968 e 1970, foram cruciais para atuação em bloco da classe ruralista no Maranhão.

O Estado agiu como o principal executor de um projeto de classe na modernização da agricultura pela mercantilização da terra via desenvolvimento da agropecuária. Dessa forma, crédito, lei e educação formaram a tríade de naturalização

---

<sup>68</sup> Estima-se que no Maranhão há 4 centenas de "terras de preto" e 15 áreas indígenas onde 6 estão inseridas no corredor Carajás e as outras são alvo de grande projetos agrícolas e extração ilegal de madeira. Aniceto Cantanhede Filho. O Projeto Vida de Negro *in* Alfredo Wagner Berno de Almeida & Miguel Henrique Pereira Silva (orgs.), O Maranhão na Rota de Colisão: experiências camponesas versus políticas governamentais, CPT, Cadernos Tempos Novos, 1998. p.243-250.

e coletivização dos projetos de concentração fundiária com a importância atuação da imprensa (JD). Tais mecanismos ajudam compreender a heterogeneidade de estratégias do Estado para a execução de uma plataforma política de interesses privados sob o véu de interesses públicos.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **LIVROS E ARTIGOS**

ALMEIDA, Alfredo. MOURÃO, Laís. **A Questão Agrária no Maranhão Contemporâneo**. São Luís, 1976.

ALMEIDA, Monica Piccolo. **PND e PED: agentes e agências na construção da hegemonia do projeto privatista (1964-1974)**. In Ensaio de História Econômico-social. Séculos XIX-XX. GUIMARÃES, Carlos Gabriel PIÑEIRO, Théo Lombarinhas e CAMPOS, Pedro Henrique (org), Rio de Janeiro. EDUFF, 2012.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis. Vozes, 1984.

ANDERSON, Perry. **Afinidades Seletivas**. São Paulo. Boitempo, 2002.

ASSELIN, Victor. **Grilagens. Corrupção e Violência em Terras do Carajás**. Imperatriz. Ética, 2009.

BELLO, Wilson Barros. **História do Planejamento Econômico do Maranhão: uma arqueologia dos planos estaduais de desenvolvimento**. Dissertação – Políticas Públicas. São Luís. UFMA, 1998.

BIANCHI, Alvaro. **O Laboratório de Gramsci**. Filosofia, História e Política. São Paulo. Alameda, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo. Perspectiva. 2011.

BRUNO, Regina. **O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto**. Estudos Sociedade e Agricultura n. 5 Rio de Janeiro 1995, p. 5-31. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/cinco/regina5.htm>

CAMARGO, Aspásia. **Questão Agrária, crise de poder e Reformas de Base (1930-1964)** In: III. O Brasil Republicano. FAUSTO, Boris (Orgs) Vol. 10. São Paulo. Difel, 1986.

CARNEIRO, Ana. **Retrato da repressão política no campo. Brasil 1962-1985**. Camponeses mortos e desaparecidos. Brasília. MDA, 2011.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e Poder. Conflitos e Lutas Sociais no Maranhão Contemporâneo**. São Paulo. Annablume, 2013.

COSTA, Wagner Cabral. **Sob o Signo da Morte: O Poder Oligárquico de Vitorino a Sarney**. São Luís. EDUFMA, 2006.

\_\_\_\_\_. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão.** 2006, p. 01-33 Disponível em [http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1772%3A-do-qmaranhao-novoq-ao-qnovo-tempoq-a-trajetoria-da-oligarquia-sarney-no-maranhao-&catid=58&Itemid=414](http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1772%3A-do-qmaranhao-novoq-ao-qnovo-tempoq-a-trajetoria-da-oligarquia-sarney-no-maranhao-&catid=58&Itemid=414)

DREIFUS, René A. 1964: **A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** Rio de Janeiro, Vozes, 1981.

FERNADES, Danilo Araújo. **A Questão Regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia.** UFPA. Belém, 2011.

FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio. Sete barracas em busca de um elo.** Iperatriz. Ética, 2008.

FERREIRA, Jorge. **O Governo Goulart e o Golpe Civil Militar de 1964.** In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília. (orgs) O Brasil Republicano. O tempo da experiência da democratização de 1945 ao golpe Civil-Militar de 1964. Vol. 3 Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 - 2004 Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003).

Acesso em 12.07. 2015

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo.** Rio de Janeiro. UFRJ, 2012.

\_\_\_\_\_. & MENDONÇA, Sonia. **História e Teoria Política** in FLAMARION, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (org) **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro. Elsevir, 2012.

FRANKLIN, Adalberto. **Manoel da Conceição sobrevivente do Brasil.** Imperatriz. Ética, 2014.

GALVÃO. Maria de Fátima da Silva. **A Cobertura do Milagre Econômico Brasileiro no Jornal do Dia (1968-1973): um estudo de caso.** Dissertação de Especialização em História do Maranhão. UEMA. São Luís, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política.** Vol. 3. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Os intelectuais. O princípio Educativo. O Jornalismo.** Vol. 2 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História.** Cia das Letras. São Paulo. 2012,

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileiro, 1977.

- KOWARICK, Marcos. **Amazônia – Carajás na trilha do saque: os grandes projetos amazônicos**. São Paulo. Anita Garibaldi, 1995.
- LEMOS, Renato. **Anistia e crise política no Brasil pós-1964** Topoi, n. 5, Rio de Janeiro, 2002.
- LINHARES, Maria Yeda & TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Terra prometida**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.
- \_\_\_\_\_. **História da Agricultura Brasileira. Combates e Controvérsias**. Rio de Janeiro. Brasiliense, 1981.
- LIRA, Ricardo Pereira in MOTA, Márcia. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2010.
- MACARINI, José Pedro. **A política econômica do governo Médici: 1970-1973**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512005000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512005000300003) Acesso em 11 de junho de 2015.
- MANÇANO, Fernandes. **Agronegócio e Reforma Agrária**. Disponível: [http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgrariaA\\_Bernardo.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgrariaA_Bernardo.pdf). Acesso em 12 de março de 2014.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo. Hucitec; 1994.
- \_\_\_\_\_. **O cativo da Terra**. São Paulo. Contexto, 2010.
- MELO, Damian, **Ditadura “Civil-Militar”. Controvérsias historiográficas sobre o Processo Político Brasileiro no Pós-1964 e os desafios do tempo presente**. Espaço Plural .Ano XIII , Nº 27, 2º Semestre 2012 p. 39-53.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro**. SP, HUCITEC, 1997. \_\_\_\_\_ . **Agronomia e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A Questão Agrária no Brasil. A classe dominante – natureza e comportamento 1964-1990**. São Paulo. Expressão Popula, 2010.
- \_\_\_\_\_. **O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro. UFRJ, 2010.
- MOTA, Antonia & GERMANO, Nivaldo. **Jerônimo de Viveiros. Sobre o modo de viver e o método de escrever a História do Comércio do Maranhão**. In BITENCOURT, João Batista & GALVES Marcelo Cheche (Orgs). **Historiografia Maranhense dez ensaios sobre historiadores e seu tempo**. São Luís Café & Lápis, Editora UEMA, 2014.



- MOTA, Márcia. **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2010.
- PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e Questão Agrária**. Estudos Avançados s/d.
- POULANZTAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2000.
- REIS, Daniel. **Ditadura militares, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SILVA, Carla Luciana Souza da. **Veja: o indispensável partido neoliberal. (1989-2002)**. Tese (Programa de Pós graduação em História) UFF, Niterói, 2005.
- TOLEDO, Caio N. 1964: **Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo**. Crítica Marxista, São Paulo, Revan, Vol. 1, n. 19, 2004. P. 27-48.
- OLIVEIRA, Juarez (org) Série Legislação Brasileira. **Estatuto da Terra**. São Paulo. Saraiva, 1992.
- VELHO, Otávio G. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org> Acesso em 11 de fevereiro de 2015.
- \_\_\_\_\_. **Frente de expansão e estrutura Agrária. Estudo do Processo de Penetração numa área de transição**. Rio de Janeiro. Zahar, 1972.
- WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo. Boitempo, 2003.

#### SITES OFICIAIS

- Diário Oficial da União **DECRETOS E LEIS** disponível em [www.4planalto.gov.br](http://www.4planalto.gov.br) Acesso em 10 de maio de 2015.
- Resoluções - SUDENE [procondel.sudene.gov.br](http://procondel.sudene.gov.br). Acesso em 27.06.2015
- Banco de Dado do Núcleo de Pesquisa em História do Maranhão NUPEHIC-UEMA [www.nupehic.bd.com.br](http://www.nupehic.bd.com.br) Acesso 02 de fevereiro de 2015.

#### MATÉRIAS ON LINE

- Emoção marca cerimônia de despedida do ex-deputado Raimundo Emerson Machado Bacelar**. Disponível em [www.portalgaditas.com.br](http://www.portalgaditas.com.br) Acesso em 01 de agosto de 2015.

**Meio Século de TV Difusora no Maranhão receberá homenagem em Brasília.**

Disponível em [www.psd.org.br](http://www.psd.org.br) Acesso em 01 de agosto de 2015.

## **JORNAIS**

Jornal do Dia. (1968-1970) São Luís. Biblioteca Pública do Benedito Leite – Sessão Periódicos

**Discurso do Governador**, Jornal do Dia, São Luís, 23.08.1968, p.5

**Povo Consagrou Governo Sarney**, Jornal do Dia, São Luís, 02.01.1968, p.2

**Dois anos de vitória do Maranhão: o povo e o governo vencem a batalha do progresso**, Jornal do Dia, 31 de janeiro de 1968.

**Cadernos. Sudema - Maranhão Novo Notícias**. Ano I 05.1969. Jornal do Dia, São Luís, 25.05.1969.

**Agricultura do Maranhão será estudada e planejada com ajuda da FAO/SUDENE**. Jornal do Dia, São Luís, 05.04.1969

**Agropecuária do Maranhão e Piauí tem prioridade na Sudene**. Jornal do Dia, 06.05.1969.

**Lourenço expõe trabalhos da Agricultura no 24 BC**. Jornal do Dia, São Luís, 14.11.1969

**Governo Regulamenta Lei de Terras para Desenvolvimento Agrário**. Jornal do Dia, 31.12.1969.

**Concorrência Pública para a cessão de Terras do Estado**. Jornal do Dia, 31.01.1970. CUNHA, Cunha. **Reforma Agrária**. Jornal do Dia. São Luís, 04.06.1969.

**Sagrira distribui 5000 títulos de propriedades rurais este mês**. Jornal do Dia 11.03.1970.

**Sagrira vai promover pesquisas e experiências Agronômicas**, Jornal do Dia, 27 de abril de 1969.

**Sagrira vai inaugurar Centro de Pesquisa dia 1º**, Jornal do Dia. São Luís, 30.01.1969

**Sagrira Promove Curso: Pasticultura**. Jornal do Dia 18.03.1970.

**Agrônomos e Veterinários terão curso de Alto Nível: SAGRIMA**. Jornal do Dia. São Luís, 27.02.1970.

**Secretaria de Agricultura promove curso de alto nível**. Jornal do Dia 20.04.1969.

**II Exposição Agropecuária de Pinheiro**. SUDEMA ano I, Jornal do Dia, 24.10.1969

**Já foi criada a Escola de Agronomia do Maranhão**. Jornal do Dia. São Luís, 14.12.1969

**Criada a Escola de Agronomia. Jornal do Dia.** São Luís, 25.12.1969

**Governador Nomeia Diretor da Escola de Agronomia,** Jornal do Dia. São Luís,  
09.01.1970

## ANEXOS

**Listagem do Jornal do Dia 1969-170 (Biblioteca Pública Benedito Leite) sobre política agrária.**

| <b>Título</b>   | <b>Data</b> |
|---|-------------|
| <b>Convênio Dac-INDA Beneficia Cooperativa de Pescadores</b>                | 05.01.69    |
| <b>Dino: “em meio estado revolução foi redentora”</b>                       | 08.01. 69   |
| <b>O objetivo da Cia do Progresso é o Desenvolvimento Industrial</b>        | 10.01.69    |
| <b>Agência Nacional em Nova Fase</b>  | 11.01.69    |
| <b>Avicultores recebem ajuda do Governo</b>                                 | 11.01.69    |
| <b>Federação da Agricultura do Estado do Maranhão</b>                       | 11.01.69    |
| <b>Governo adota medidas para conter despesas</b>                           | 12.01.69    |
| <b>Ato vai acelerar reforma agrária</b>                                     | 15.01.69    |
| <b>Sagrima vai inaugurar para 31 o Centro de Pesquisa</b>                   | 17.01.69    |
| <b>Técnicos da USAID visitam o Secretário de Agricultura</b>                | 18.01.69    |
| <b>Dac Concentra esforços em Cururupu</b>                                   | 21.01.69    |
| <b>Delegado da Agricultura verifica ...</b>                                 | 22.01.69    |
| <b>Progresso pode ser retardado</b>   | 24.01.69    |
| <b>Majo Vilarino afirma: Geran vai executar Reforma Agrária no Nordeste</b> | 24.01.69    |
| <b>Inauguração de Obras no terceiro ano de Governo</b>                      | 30.01.69    |
| <b>Sagrima vai inaugurar Centro</b>   | 30.01.69    |
| <b>Paz e Desenvolvimento</b>  | 31.01.69    |
| <b>3º Aniversário do Maranhão Novo</b>                                      | 31.01.69    |
| <b>Governo Sarney inaugurou instituto de Pesquisa</b>                       | 02.02.69    |
| <b>Chineses vem implantar projetos agroindustriais</b>                      | 05.02.69    |
| <b>Chineses no Maranhão</b>   | 07.02.69    |
| <b>Chineses Reunidos com Secretário de Agricultura</b>                      | 12.02.69    |
| <b>Reforma Agrária vai sair mesmo</b>                                       | 13.02.69    |
| <b>BND executa programa de 10 milhões para ruralistas</b>                   | 21.02.69    |
| <b>Chineses de Formosa seguiram para o interior</b>                         | 22.02.69    |
| <b>Delfim: Lucro tem que ser respeitado</b>                                 | 28.02.69    |
| <b>Progresso já é realidade</b>   | 28.02.69    |
| <b>Este Maranhão que se constrói (Paulo Nascimento Moraes)</b>              | 05.03.69    |
| <b>José Lins e o Nordestes (Paulo Nascimento Moraes)</b>                    | 05.03.69    |

|   |          |
|---|----------|
| <b>Um Governo Democrático (Manoel Gomes)</b>                              | 05.03.69 |
| <b>O Maranhão Marcha para o progresso (Manoel Gomes)</b>                  | 06.03    |
| <b>Experiência dos chineses poderá mudar</b>                              | 11.03.69 |
| <b>Infraestrutura Econômica Base do Desenvolvimento</b>                   | 15.03.69 |
| <b>Reforma Agrária vai sair mesmo</b>                                     | 23.03.69 |
| <b>Sarney e o Milagre maranhense</b>                                      | 01.04.69 |
| <b>Instituto Nacional de Desenvolvimento</b>                              | 02.04.69 |
| <b>Governo aplicará 10 milhões no estímulo de produção</b>                | 08.04.69 |
| <b>Maranhão acelera sua Reforma Administrativa</b>                        | 10.04.69 |
| <b>Decreto-Lei Regula Compra de Terras por estrangeiros</b>               | 10.04.69 |
| <b>Agricultura no Maranhão será estudada e planejada</b>                  | 12.04.69 |
| <b>Com ajuda da Fao-SUDENE</b>  | 12.04.69 |
| <b>Banco Nacional da França quer ajudar o Maranhão</b>                    | 17.04.69 |
| <b>Secretario de agricultura promove curso de alto nível</b>              | 20.04.69 |
| <b>Sagrira promove bovinocultura a 28</b>                                 | 26.04.69 |
| <b>Sagrira vai promover pesquisas e experiências agrônomas</b>            | 27.04.69 |
| <b>Lourenço Tavares preside Conselho de Agricultura</b>                   | 27.04.69 |
| <b>Reforma Agrária no Nordeste</b>  | 01.05.69 |
| <b>Agropecuária da Maranhão e Piauí tem prioridade na Sudene</b>          | 06.05.69 |
| <b>Justiça desapropria terras em 29 pelo Ato 9</b>                        | 14.05.69 |
| <b>Senhores Investidores!</b>   | 16.05.69 |
| <b>Sudene analisa mais dois projetos para o Maranhão</b>                  | 16.05.69 |
| <b>Conselho Estadual de Agricultores elegem Comissão de crédito rural</b> | 18.05.69 |
| <b>Cadernos SUDEMA</b>  | 25.05.69 |
| <b>Estudos no Setor Primario da Economia</b>                              | 25.05.69 |
| <b>Nova Estrutura do projeto da Produção Animal no Maranhão</b>           | 25.05    |
| <b>Ivestimento de sete bilhões para o Maranhão</b>                        | 27.05.69 |
| <b>Reforma Agrária (Carlos Cunha)</b>                                     | 04.06.69 |
| <b>IBRA Resgata Primeiros títulos da Dívida Agrária</b>                   | 11.06.69 |
| <b>Codó: Prefeito anuncia importantes melhoramentos</b>                   | 11.06.69 |
| <b>Binômio Agricultura e Indústria</b>                                    | 17.06.69 |
| <b>Peru acaba latifúndio</b>  | 26.06.69 |
| <b>Maranhão ganha Importante Instrumento de progresso: BDM</b>            | 02.07.69 |
| <b>Sagrira vai promover mais uma exposição agropecuária</b>               | 16.07.69 |

|   |          |
|---|----------|
| <b>Atualidades Agropecuárias</b>  | 14.10.69 |
| <b>Agropema trás técnico do ABC ao Maranhão</b>                         | 15.10.69 |
| <b>Secretaria da Agricultura tem nova estrutura administrativa</b>      | 16.10.69 |
| <b>Governo envia a Assembleia Projeto da Escola Agrônoma</b>            | 22.10.69 |
| <b>SEUDEMA</b>  | -. 10.69 |
| <b>Exposição Agropecuária em Pinheiro</b>                               | -. 10.69 |
| <b>Lourenço expõe trabalhos no 24º BC</b>                               | 14.11.69 |
| <b>Lourenço é agraciado com o título de cidadão de Pinheiro</b>         | 25.11.69 |
| <b>Sagrira firma novos convênios com a Sudene</b>                       | 25.11.69 |
| <b>Sagrira constrói açudes em convênios com as prefeituras</b>          | 26.11.69 |
| <b>Sagrira vai inaugurar rebanhos</b>                                   | 30.11.69 |
| <b>Já foi criada a Escola de Agronomia do Maranhão do Maranhão</b>      | 14.12.69 |
| <b>Lourenço foi a Vitória paraninfar normalistas</b>                    | 23.12.69 |
| <b>Dr. Lourenço Vieira</b>  | 25.12.69 |
| <b>Criada a Escola de Agronomia</b>                                     | 25.12.69 |
| <b>Sarney, o Governo incomparável (Alberto Torres)</b>                  | 27.12.69 |
| <b>Governo regulamenta Lei de Terras para o Desenvolvimento Agrário</b> | 31.12.69 |
| <b>Concorrência Pública Para a cessão de Terras Devolutas do Estado</b> | 03.01.70 |
| <b>Povo solidário com Sarney</b>  | 04.01.70 |
| <b>Empresários aplaudem governo</b>                                     | 04.01.70 |
| <b>Médici Expõe Plano</b>   | 06.01.70 |
| <b>Governador nomeia diretor da Escola de Agronomia</b>                 | 08.01.70 |
| <b>Impostos não sobem em 1970</b>                                       | 09.01.70 |
| <b>Sarney recebido por Médici</b>                                       | 16,01.70 |
| <b>Companhia Agro-pecuária do Marnahão</b>                              | 18.01.70 |
| <b>Convenio Governo SUDENE para sementes selecionadas</b>               | 24.01.70 |
| <b>SUDAM aprova importante projeto industrial: IVECOSA.</b>             | 29.01.70 |
| <b>Secretaria da Agricultura: CONVITE</b>                               | 31.01.70 |
| <b>Agricultor Maranhense</b>  | 31.01.70 |
| <b>Nordeste Pecuária e Agricultura</b>                                  | 03.02.70 |
| <b>Decisões do Norte e Nordeste seriam dadas pelo Sul</b>               | 04.02.70 |
| <b>Agricultor Maranhense</b>  | 04.02.70 |
| <b>Nordeste Pecuária e Agricultura S/A</b>                              | 05.02.70 |

|  |          |
|--|----------|
| <b>Cia Vale do Rio Sereno Agroindustrial</b>   | 05.02.70 |
| <b>DAC encerrou suas atividades com êxito em 1969</b>                                      | 06.02.70 |
| <b>Sistema de extensão rural ...</b>   | 06.02.70 |
| <b>Escola de Agronomia do Maranhão funcionará esse ano</b>                                 | 06.02.70 |
| <b>Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura</b>                                    | 06.02.70 |
| <b>SUDENE examina hoje projetos: 97 bilhões</b>  | 26.02.70 |
| <b>Agrônomos e Veterinários terão curso de alto nível: SAGRIMA</b>                         | 27.02.70 |
| <b>DAC e seu programa de 1970</b>  | 28.02.70 |
| <b>Secretaria da Agricultura Fundo de revenda do Plano de Desenvolvimento Agropecuário</b> | 28.02.70 |
| <b>SUDENE aprova projeto no Maranhão</b>   | 05.03.70 |
| <b>Garrastazu presidirá reunião da SUDENE</b>  | 08.03.70 |
| <b>Ministério promove seminário: Agricultura</b>   | 11.03.70 |
| <b>Sagrима distribui 5000 títulos de propriedades rurais este mês.</b>                     | 11.03.70 |
| <b>SUNAB e COBAL solucionam abastecimento de arroz</b>                                     | 12.03.70 |
| <b>Excelente Aproveitamento do curso de alto nível: Sagrima</b>                            | 14.03.70 |
| <b>Governo dá solução ao problema do arroz: decretada retenção</b>                         | 14.03.70 |
| <b>SAGRIMA promove curso: plasticultura.</b>   | 18.03.70 |
| <b>Companhia Agropecuária do Maranhão (Agropema)</b>                                       | 18.03.70 |
| <b>Fundos Especiais incrementam processo desenvolvimentista</b>                            | 20.03.70 |
| <b> SUDENE: mais verbas ao Maranhão</b>  | 22.03.70 |
| <b>Agropastoril Iguará S.A</b>   | 24.03.70 |
| <b>Vai começar a colonização de Santa Luzia- Açailandia</b>                                | 27.03.70 |